



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO
MEDUC/PPGE

KÁTIA CILENE DE SOUZA

**ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS: O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA
SEGUNDA LINGUA NA COMUNIDADE SURDA DE PORTO VELHO**

PORTO VELHO /RO
2023



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS

**ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS: O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA
SEGUNDA LINGUA NA COMUNIDADE SURDA DE PORTO VELHO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para o Exame de Qualificação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Educação, da Universidade Federal de Rondônia. Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão Educacional

Área de concentração: **Educação**
Linha de de pesquisa: 2 - **Políticas e Gestão Educacional**

Orientador: **Prof. Dr. José Flavio da Paz**

PORTO VELHO /RO

2023

Catalogação da Publicação na Fonte
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

S815e Souza, Kátia Cilene de.
Escolarização de crianças surdas: o processo de aquisição da segunda língua na Comunidade Surda de Porto Velho / Kátia Cilene de Souza - Porto Velho, 2023.

76 f.: il.

Orientador: José Flávio da Paz

Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação - PPGE. Núcleo de Ciências Humanas. Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1. Formação docente. 2. Pedagogia surda; 3. Educação bilíngue. I. Paz, José Flávio da. II. Título.

Biblioteca Central

CDU 37.014.5(046)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA DE DISSERTAÇÃO

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e vinte três, às dezesseis horas, teve início a sessão pública de Defesa de Dissertação, de modo híbrido – presencial e remoto virtual com apoio do apoio do *StreamYard* e transmissão pelo seguinte endereço do YouTube: <https://youtu.be/FJxOz2Vxs-I>, onde se reuniram os membros da Banca Examinadora composta pelos Professores(as) Doutores(as): José Flávio da Paz (Presidente), Andrezza Maria Batista Do Nascimento Tavares (Membra Externa – PPGE/IFRN), Aparecida Luzia Alzira Zuin (Membro Interno – PPGE/UNIR) e **Marilsa Miranda de Souza** (Membro Interno Suplente – PPGE/UNIR) a fim de arguirm **KÁTIA CILENE DE SOUZA** acerca da Dissertação intitulada: ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS: O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA SEGUNDA LINGUA NA COMUNIDADE SURDA DE PORTO VELHO, sob orientação do Prof. Dr. José Flávio da Paz. Aberta a sessão pelo presidente, coube a mestrand, na forma regimental, expor a sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo em seguida questionado e apresentadas as contribuições pelos(as) membros(as) da banca examinadora e, tendo dadas as explicações necessárias, **KÁTIA CILENE DE SOUZA** foi **APROVADA** no Exame de Defesa de Dissertação.

Recomendações da Banca Examinadora:

Realizar um aprimoramento do português padrão, ressaltada a relevância do trabalho para a Comunidade Surda e a sociedade brasileira.

A mestrand terá 60 (sessenta) dias corridos para o depósito final da sua dissertação no SIGAA UNIR.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Prof. Dr. José Flávio da Paz (Orientador e Presidente -PPGE/UNIR)

Profa. Dra. Andrezza Maria Batista Do Nascimento Tavares (Membra Externa - PPGE/IFRN)

Prof. Dr. Aparecida Luzia Alzira Zuin (Membro Interno – PPGE/UNIR)

Prof. Dr. Marilsa Miranda de Souza (Membro Interno Suplente – PPGE/UNIR)



Documento assinado eletronicamente por **JOSE FLAVIO DA PAZ, Presidente da Comissão**, em 30/03/2023, às 22:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares, Usuário Externo**, em 06/04/2023, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARILSA MIRANDA DE SOUZA, Docente**, em 31/05/2023, às 00:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **APARECIDA LUZIA ALZIRA ZUIN, Docente**, em 31/05/2023, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1300341** e o código CRC **6CA5DAB5**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

KÁTIA CILENE DE SOUZA

FOLHA DE APROVAÇÃO

ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS: O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA SEGUNDA LINGUA NA COMUNIDADE SURDA DE PORTO VELHO

Defesa de Conclusão de Curso apresentada ao **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGE** da Universidade Federal de Rondônia como parte dos pré-requisitos para obtenção do título de **MESTRA EM EDUCAÇÃO**. Aprovada no dia 30 de março de 2023, pela Banca Examinadora constituída pelos Docentes:

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Prof. Dr. José Flávio da Paz
Orientador e Presidente -PPGE/UNIR

Profa. Dra. Andrezza Maria Batista Do Nascimento Tavares
Membra Externa - PPGE/IFRN

Prof. Dr. Aparecida Luzia Alzira Zuin
Membro Interno – PPGE/UNIR

Prof. Dr. Marilsa Miranda de Souza
Membro Interno Suplente – PPGE/UNIR



Documento assinado eletronicamente por **JOSE FLAVIO DA PAZ, Presidente da Comissão**, em 31/03/2023, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARILSA MIRANDA DE SOUZA, Docente**, em 31/05/2023, às 00:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **APARECIDA LUZIA ALZIRA ZUIN, Docente**, em 31/05/2023, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares, Usuário Externo**, em 22/06/2023, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1301679** eo código CRC **D6AC9113**.

Referência: Processo

AGRADECIMENTO

Dobro meus joelhos em oração, clamo com fé e coloco Deus acima de tudo. Somente Ele tem o poder de mudar a minha vida.

Estou feliz por estar realizando um sonho desafiador, por ter superado e vencido as dificuldades desse percurso que foi fazer essa dissertação de mestrado na área da Educação.

Agradeço imensamente a Deus por ter me abençoado sempre.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudo que me ajudou financeiramente na compra de alimentos e na minha saúde.

Um agradecimento especial ao Prof. Dr. João Carlos (unir) por ter conseguido um estágio para mim com o professor Surdo Magno Prates e Ana Carolina Lovo Viana.

Um agradecimento especial à Professora Bilíngue de Porto Velho que se chama Cleidiane da Penha Segura de Melo, sempre me estimulava e até me empurrava para que entrasse no mestrado. Ela sempre falava para mim: você é capaz! É uma pessoa maravilhosa, me estimulou a me desenvolver e aprender através do estudo, a traduzir, ler, corrigir e escrever para a Língua Português. Ensinou-me a sonhar alto e por isso consegui aprender com turmas ouvintes, por essas razões, agradeço enormemente meus filhos. Ensinou a importância do estudo, me dizendo que eu era capaz igual às demais pessoas, me dando a certeza de que era possível e que eu iria conseguir entrar no mestrado.

Eu olhava e pensava: Poxa vida! Eu sou a única surda. Será que vou conseguir? Sinceramente, não sabia que eu era capaz. Não importa minha idade.

As minhas amigas surdas que moram no Rio de Janeiro se chamam: Alexandra Ferreira de Paiva, Teresinha Cardoso e Ligia Bonancio. Somos amigas há muitos anos, as conheci na escola desde a infância. Sempre íamos à praia, ao clube juntas. Tenho muita sorte em ter elas como amigas surdas, pois são maravilhosas! Torço para que nunca acabe nossa amizade e para que elas continuem com muita saúde. Nunca esquecerei das minhas 3 amigas surdas.

No entanto, jamais posso esquecer de mencionar um surdo que se chama Marcelo dos Santos mora no Rio de Janeiro. Ele salvou a minha vida, quando não tinha pra onde ir e nem como pagar aluguel.

Quase fui morar na rua, mas felizmente ele me viu e me chamou para ir morar na casa dele. Não me recordo de tanta coisa nesse tempo, mas sei que ele salvou minha vida várias vezes. eu quase fui morar na rua por que eu não tenho como pagar aluguel ou outros. Sinceramente não lembro disso. Só lembro que ele me salvou minha vida. Ele tinha pai, mãe e irmã. Quem é ele? Era meu companheiro por mais de 9 anos.

Ele não é pai de nenhum dos meus filhos. Mas meus filhos amam ele como pai e padrasto. Eu digo que ele se tornou meu irmão dentro do meu coração eterno. Somos amigos para sempre. Ele conheceu outra ex surda, tem uma filha linda com ela. A vida é assim! A amizade e o respeito sempre irão existir entre a gente.

À outra grande amiga se chama Selina, a qual reside em Porto Velho e tenho a sorte de tê-la ainda como amiga. Por esse motivo, não poderia deixar de citar o nome dela e agradecer imensamente por tudo que fez por mim e apenas nós duas sabemos tudo que passamos.

Tenho outra amiga que se chama Elizabeth Victor, mora em Barbacena/Minas Gerais, ela era minha aluna. Não tem como esquecer dela. Tenho gratidão eterna pela a minha amiga Elisabeth. Quando me mudei para outra casa, não tinha geladeira. Ela me ajudou depositando dinheiro para eu conseguir comprar. Ganhei de presente dela a geladeira que tanto precisava. Ela é muito católica, sempre foi muito religiosa. Amo o povo de Barbacena, morei lá por mais 5 anos.

Não tem como esquecer desses nomes. Eu jamais esquecerei de um concurso da Prefeitura de Porto Velho, no qual, recebi 2 intérpretes profissionais de Porto Velho. Quero agradecer de verdade, vocês moram dentro do meu coração. Intérpretes de Libras e Chamam- se: Julia Cardoso e Victor Kopashi. Fui aprovada no concurso pela primeira vez na minha vida. Havia tentado várias vezes passar em concursos, Deus me deixou entrar no da prefeitura.

Portanto, agora tenho esperança de ser chamada por que eu fui convocada, mas ainda não consegui entrar na vaga PCD. Claro que quero meu direito, pois

quero entrar assim como os ouvintes entram. Entendo que é um desafio muito grande! Só tenho esperança que eu consiga entrar e tomar posse. Só Deus permite!

Minha filha se chama Victória, esse ano de 2022 ela veio para Porto Velho/RO visitar minha mãe e também visitar meu filho Pablo, o seu irmão e ficou conosco aqui por 5 dias. Minha filha conheceu minha tia Socorro, a qual ficou apaixonada por Victoria. Ela é muita Linda! Foi emocionante! Finalmente consegui de perto vivenciar esse momento, sentir pele a pele, pois ela nasceu do meu ventre e isso nada pode apagar. Minha história não foi fácil em todos os aspectos, mas separar minha filha de mim sem dúvida foi a parte mais dolorosa. Ninguém sabe como é meu coração, minha dor e depressão.

Graça de Deus hoje sou curada da depressão. O Importante é que minha filha está bem e é sucesso! Minha filha ficou surpresa e feliz por eu ter conseguido o Mestrado. E por que surpresa? Porque eu lutei e sozinha eu consegui, mesmo com as dificuldades. Meus filhos não conhecem bem a história da família, os 17 tios, infelizmente. Mas, eu os amo demais! Obrigado meu Deus por ter me presenteado com eles.

Aos meus filhos que me disseram para eu nunca desistir, me incentivando com palavras positivas, me dizendo para eu continuar porque iria longe, que o meu sonho era possível e que eu seria um sucesso. Minha Luta não é fácil!

Gostaria de registrar um agradecimento especial a Dra. Marilsa Miranda de Souza por ter pensado melhor e ter trocado o meu orientador para o Dr. José Flávio, pois, a mesma estava sentindo-se mal por não compreender bem a linguagem de sinais (Libras). Contudo, não conhecia o Dr, José Flávio, mas percebi que ele é fluente em libras.

Agradeço os Intérpretes de libras, a chefe dos intérpretes de libras Luciana, a chefe intérprete Adriana, as bolsistas intérpretes Zeni Silva e intérprete Denise Lopes, as bolsistas monitoras Dyandra e Maria, a Dra. Professora Marilsa, o Dr. professor Maciel, Dra. Ângela, Dr. Samilo, a coordenadora Aparecida Zuin, o secretário em Educação Arikapu e a Dra. Professora Rosângela, minha eterna gratidão. O Dr. Professor Maciel falava: primeira vez que os surdos podem e têm direitos iguais aos ouvintes, aprendi isso com ele, e a sinceridade dele me tornou mais feliz, levando-me a buscar minha independência, consciente do meu direito e

da igualde às demais pessoas. Pude receber por duas vezes dentro da reunião do colegiado PPGE.



RESUMO

Sabe-se que a educação de surdos no Brasil, graças as atuais políticas de inclusão da pessoa surda, tem tido avanços significativos. A premissa não difere na capital de Porto Velho. Todavia, é importante reforçar a necessidade de acompanhamento especializado que atenda os interesses desse aprendente surdo e da comunidade na qual ele está inserido. Nesse sentido, a presente pesquisa apresenta, analisa e propõe mecanismos de escolarização da criança surda na realidade escolar supracitada, de modo que, professores, sejam ouvinte e/ou surdos possam identificar as melhores possibilidades de educar-ensinar a pessoa surda, a partir daquilo que se produz, aprimorando tais práticas e sugerindo novas possibilidades. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é identificar vivências experienciais portovelhenses dos conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica para atuação junto à Comunidade Surda; possibilitar novas oportunidades de conhecimentos acerca do ato de ensinar-aprender LS, L1 e L2 para crianças surdas; e, subsidiar docentes, especialistas em educação de surdos e Libras, bem a rede municipal (pública) de ensino, visando fomentar a promoção da participação da comunidade escolar na tomada de decisões, com valorização da autonomia e da Corresponsabilidade, possibilitando à equipe gestora atuar nas dimensões pedagógica, administrativa, financeira e de recursos humanos. Para que tais objetivos sejam alcançados, buscar-se-á fundamentação teórica em Lacerda; Santos e Martins (Org.). (2016); Karnopp e Klein (2016); Kubaski e Moraes (2016); Paro (2002); Quadros (1996); Sales (2016); Santos (2011) e outros. A metodologia utilizada perpassará pela análise de dados, portanto, de cunho quantitativo, mas ainda, visitará e analisará aspectos revisionais bibliográficos. Espera-se, desse modo, contribuir significativamente às políticas de inclusão, permanência e manutenção da pessoa surda nos espaços escolares, preferencialmente, públicos, gratuitos e de qualidade em seus espaços, mas também de profissionais que atendam às exigências desse grupo que possui limitação linguística.

Palavras-chave: Educação de surdos; política de inclusão escolar da pessoa surda; política de formação docente aplicada à Comunidade Surda.

ABSTRACT

It is known that the education of the deaf in Brazil, thanks to the current policies of inclusion of the deaf person, has had significant advances. The premise does not differ in the capital of Porto Velho. However, it is important to reinforce the need for specialized monitoring that meets the interests of this deaf learner and the community in which he is inserted. In this sense, the present research presents, analyzes and proposes mechanisms for the schooling of deaf children in the aforementioned school reality, so that teachers, whether hearing and/or deaf, can identify the best possibilities of educating-teaching the deaf person, based on that that is produced, improving such practices and suggesting new possibilities. Given the above, the objective of this work is to identify experiential experiences in Porto from the knowledge acquired during academic training to work with the Deaf Community; to provide new opportunities for knowledge about the act of teaching-learning SL, L1 and L2 for deaf children; and, subsidize teachers, specialists in the education of the deaf and Libras, as well as the municipal (public) education network, aiming to promote the promotion of the participation of the school community in decision-making, with appreciation of autonomy and Co-responsibility, enabling the management team to act in the pedagogical, administrative, financial and human resources dimensions. For such objectives to be achieved, theoretical foundations will be sought in Lacerda; Santos and Martins (org.). (2016); Karnopp and Klein (2016); Kubaski and Moraes (2016); Paro (2002); Quadros (1996); Sales (2016); Santos (2011) and others. The methodology used will pass through the analysis of data, therefore, of a quantitative nature, but still, it will visit and analyze bibliographic revisional aspects. In this way, it is expected to contribute significantly to the policies of inclusion, permanence and maintenance of the deaf person in school spaces, preferably public, free and of quality in their spaces, but also of professionals who meet the demands of this group that has linguistic limitations.

Keywords: Deaf education; school inclusion policy for the deaf person; teacher training policy applied to the Deaf Community.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 20

1. O SURDO E A INCLUSÃO SOCIOEDUCACIONAL	23
1.1. A realidade da inclusão do surdo a escola regular (a visita a uma escola).....	23
1.2. O mundo do surdo	26
2. METODOLOGIA DE ENSINO DA ESCOLA BILÍNGUE EM PORTO VELHO E O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DAS CRIANÇAS SURDAS.....	27
2.1 Oralíssimo e suas práticas	27
2.2 Comunicação Total: metodologias	29
2.3 Bilinguismo e suas práticas	32
2.4 Pedagogia Surda.....	34
2.5 Processo educacional e a interação linguística	35
3. EDUCAÇÃO DE SURDOS: REFLEXÕES TEÓRICO-PRÁTICAS	40
3.1. Educação de surdos: aspectos históricos e teóricos	42
3.2. Libras, a língua de aquisição do sujeito surdo.....	46
3.3. Relação família-escola	51
4 AQUISIÇÃO DE UMA SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS	61
4.1. Libras como L2, para ouvintes.....	62
4.2. Português como L2 para surdos.....	63
4.3. O ensino de libras na EMEIF Bilingue de Porto Velho.....	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS.....	71

APRESENTAÇÃO

Sendo filha única e surda, minha mãe buscou algum lugar que pudesse ter uma educação básica, pois aqui em Rondônia não havia nada ainda na área.

Então, um Governador do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Educação de Rondônia-Seduc, juntamente com Legião Brasileira de Assistência-LBA providenciou os meios para que eu fosse para um Instituto Nacional de Educação de Surdo (INES), onde fiquei em regime de internato até 1980.

Foram anos incríveis. Sou muito grata as minhas ex-professoras. Início de 1974 e 1975 ainda não sabia onde ia morar. Cheguei ao Estado do Rio de Janeiro no ano de 1976 para estudar no Instituto Nacional Federal de educação de Surdos (INES).

Trabalhei no Fio Cruz, supermercado na zona Sul, e em restaurantes na da cidade.

Depois saí do estado de Rio de Janeiro no ano de 2007, fui morar no Interior de Minas Gerais, na cidade de Barbacena também no mesmo ano, 2007.

Eu já trabalhei na escola APAE, na universidade UNIPAC e também no interior de Carandaí/Minas Gerais. Viajava mais de 3 horas para ir trabalhar no interior.

Saí da cidade de Barbacena/MG no ano de 2013 e cheguei em Porto Velho/RO no mesmo ano de 2013 onde resido até os dias atuais. No estado de Rio de Janeiro já residi em vários locais: Laranjeira, Bangu, Campo grande, Maracanã, vila Isabel, taquara e tijuca. Sempre morei em casas de favor ou de aluguel.

Na cidade de Porto Velho-RO já residi em vários bairros também: Areal, Igarapé e Embratel. Minha família não podia cuidar de mim. No entanto, tiveram muita coragem em me deixar ir morar em outro estado com apenas 8 aninhos, minha família acreditava que eu iria conseguir estudar em uma boa escola.

Fui morar em regime de orfanato de segunda-feira até domingo.

Eu frequentava aulas para aprender a vibrar o som, fonoaudiologia e usava aparelho auditivo. Eu pensava que tudo aquilo me transformaria em uma ouvinte, mas eu não sabia que por causa do sarampo que me acometeu antes dos 3 anos idade, me tornaria uma deficiente auditiva.

Eu era uma atleta, pois jogava pingpong, voleibol e basquete. Ganhava muitas batalhas. Atualmente eu gosto de uma boa caminhada, pois a idade avançada já não permite muito.

Também lutei para aprender Língua Brasileira de Sinais (Libras). Por ter vivido muitos anos longe da minha família, meu pai faleceu, e eu não soube o motivo da morte dele.

Eu não consegui conhecer meu pai biológico e só o vi por foto. Lamentável que na minha certidão ele não me assumiu como pai.

Eu tive um irmão biológico, mas nunca soube o motivo da sua morte. Fui conhecer até morar com novas famílias no Rio de Janeiro. Eu tenho 8 irmãos, eu sou filha adotiva. Tenho uma irmã surda. Outra mãe me criou, adotava. Minha mãe adotiva sabe 100% Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Minha Família de Porto velho não sabe Língua Brasileira de Sinais (Libras) por conta de não conhecer ninguém. Apenas eu consegui conhecer meus tios no ano de 2021, quando procurei a defensoria Pública do Município de Porto Velho.

Minha Tia Socorro, é a mais nova de todos irmãos e tem 1 filho muito lindo! Eu e ela lutamos para ajudar a história da minha mãe. Eu conheci meu primo Thiago, filho dela, quando o tinha 2 anos de idade, depois desse encontro, consegui ver ele no ano de 2020. Tenho contato até hoje com a minha tia Maia de Socorro. Graças a Deus!! Agradeço muito a Jesus por isso.

Fiquei muito Feliz em conhecer um pouco da minha família de sangue. Eu tenho 2 Filhos (ouvintes) e já adultos e sabem Língua Brasileira de Sinais (Libras). Pai da menina é surdo e o pai do menino é surdo, mas já falecido no ano de 2016 devido á infarto do miocárdio. Eu digo pais diferentes. Retorno a Porto Velho em 1983 onde estudei em várias escolas ouvintes, sendo: Barão Solimões, Antônio Ferreira da Silva, 21 de abril não tinha intérprete de Libras.

Estado de Rio de Janeiro também estudava escolas ouvintes que também não tinha intérprete de libras. Depois retorno ao Rio, onde concluo o Ensino Médio em 1997.

Hoje, percebo que as crianças na Escola Bilíngue de Porto velho, recebem apoio por meio de professor (a) surdo (a), professor (a) ouvinte que ministram em

libras. Com isso, as crianças conseguem aquisição de sua primeira Língua concomitante ao Português.

Na minha época eram grandes os desafios e as barreiras de comunicação. Recentemente, fui delegada da conferência municipal da Pessoa com Deficiência em Brasília, representando a comunidade surda local.

Fui professora na escola Bilíngue Porto velho mais de 2 anos e meio. Como o contrato era emergencial, perdi o emprego. Sinto muita saudade das crianças bilíngues. Amo a Equipe Bilíngue Porto Velho, são maravilhosas! Atualmente, sinceramente luto para que no Brasil tenha fim as barreiras de comunicação e ainda, percebo a prioridades de trabalho para as pessoas surdas.

As Leis existem, mas falta execução efetiva delas, falta mais respeito também.

Onde estão nossos direitos? Fica o questionamento.

É um desafio e tenho orgulho do meu orientador por saber Libras. Deus cuidou disso! Os interpretes de Libras e as bolsistas monitoras especiais sempre me estimularam com palavras positivas, me dando coragem e um amor enorme e por isso sinto um imenso orgulho delas.

Além disso, admiro muito a Universidade Federal de Rondônia por ter muitos interpretes da língua de sinais, isso proporcionou e facilitou a entrada, permanência e formação de muitos surdos na graduação e pós-graduação.

Estou imensamente orgulhosa por tudo que estamos alcançando. Luta pela igualdade! Gratidão aos intérpretes e tradutores de Libras que aceitaram participar da sala de aula do mestrado, promovendo a minha acessibilidade e evitando possíveis barreiras que me impedissem de prosseguir.

Muitas vezes os intérpretes falavam: "você já está pronta, agora compartilhe com todos o que você aprendeu sobre a igualdade de direitos dos surdos com as demais pessoas." E isso me motivava.

No Início foi muito difícil até terminar as disciplinas, pois os horários eram pesados, contudo, valeu muito a pena. Um agradecimento especial ao Prof. Dr. José Flavio de Paz (Unir) por ter aceitado me orientar e estar disponível a qualquer hora do dia e da noite para conversar, por toda paciência, atenção e preocupação que

sempre teve comigo. Nunca esquecerei os dias estudando manhã, tarde e noite era direto pelo googlemeet.

INTRODUÇÃO

Compreender o processo de Escolarização e a aquisição da segunda língua de alunos surdos na cidade de Porto Velho.

A educação constitui direito de todos os cidadãos brasileiros, surdos ou não, e cabe aos sistemas de ensino viabilizar as condições de comunicação que garantam o acesso ao currículo e à informação.

A Língua Brasileira de Sinais - Libras e a Língua Portuguesa são as línguas que permeiam a educação de surdos e se situam politicamente e enquanto direito. A aquisição dos conhecimentos em língua de sinais é uma das formas de garantir a aquisição da leitura e escrita da língua portuguesa pela criança surda.

O ensino da língua de sinais e o ensino de português, de forma consciente, é um modo de promover o processo educativo. Direito: Uma pessoa ao nascer têm muito direitos já garantido. Direito a vida, viver em liberdade, gozar da companhia em família, fazer parte da comunidade que lhe acolher, direito de ir e vir, um viver sem barreiras linguísticas, étnicas, religiosa ou de gênero.

No processo educativo é importante levar em consideração, a cultura da comunidade, os espaços e as relações que envolve professores e alunos. Os surdos brasileiros usam a língua de sinais brasileira, uma língua visual-espacial que apresenta todas as propriedades específicas das línguas humanas.

As línguas expressam a capacidade específica dos seres humanos para a linguagem, expressam as culturas, os valores e os padrões sociais de um determinado grupo social.

O contexto bilíngue da criança surda configura-se diante da existência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa. No cenário nacional, não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passará a fazer ou não parte do programa escolar, mas sim tornar possível a existência dessas línguas reconhecendo-as de fato atentando-se para as diferentes funções que apresentam no dia-a-dia da pessoa surda que em formação.

Analisar a relação professor ouvinte e aluno surdo, professor surdo e aluno surdo e sua formação.

A metodologia usada nessa pesquisa é do tipo exploratória, com levantamento de informações sobre o problema, de forma a aumentar a familiaridade com ele e formular problemas e hipóteses mais precisos.

A observação durante as aulas a pesquisa, também possibilitou coletar elementos estruturais, para posterior estudos. Enquanto os fatos iam ocorrendo as observações eram captadas, tudo foi registrado em diário de bordo, até mesmo a inquietação e agitação do aluno. Esses dois procedimentos foram executados durante toda a aulas e leituras do material levantado para os estudos.

No material pesquisado podemos observar como principal metodologia utilizada para o ensino de Língua Portuguesa a pedagogia visual. Ela pode ser constatada logo de início e se mostrou eficaz, uma vez que os alunos responderam positivamente aos estímulos, demonstrando estarem aprendendo o que ali lhes era ensinado.

E, de um modo geral, constatou-se que o ensino da Língua Portuguesa se dá nos dois espaços observados de maneiras parecidas, sendo utilizados recursos imagéticos, estimulando a leitura e a escrita, entretanto, o fator determinante na qualidade de ensino e a aprendizagem entre um e outro é o fato dos professores falarem ou não em Libras o com seus alunos.

A pedagogia visual é um campo que recentemente tem sido explorado de maneira mais ampla no âmbito educacional, ocorre que na a educação dos surdos, experiências visuais são de ampla importância e quando alinhadas as tecnologias, podem potencializar a aprendizagem do aluno surdo.

Fundamentação teórica: A língua de sinais é utilizada como meio para ensinar a língua portuguesa e não enquanto razão que se justifica por si só: direito da pessoa surda de usar a sua língua, uma língua que traduz a experiência visual. As representações descritas anteriormente que tratam a língua enquanto um sistema mais rudimentar chamado de “gestos” faz parte de várias experiências educacionais. Perpassam assim, todos os estereótipos mencionados, utilizando a língua visual espacial apenas como um recurso a mais, mas jamais a reconhecendo em sua completude linguística, (QUADROS, 1997; SKLIAR 1997, 1998).

A língua de sinais é utilizada como meio para ensinar a língua portuguesa e não enquanto razão que se justifica por si só: direito da pessoa surda de usar a sua

língua, uma língua que traduz a experiência visual. As representações descritas anteriormente que tratam a língua enquanto um sistema mais rudimentar chamado de “gestos” faz parte de várias experiências educacionais. Perpassam assim, todos os estereótipos mencionados, utilizando a língua visual espacial apenas como um recurso a mais, mas jamais a reconhecendo em sua completude linguística, (QUADROS, 1997; SKLIAR 1997, 1998).

O livro de imagem desperta a emoção, a sensibilidade, imaginação e favorece a socialização, tornando-se para a criança surda um dispositivo precioso na apropriação da leitura, da literatura e da informação. Portanto, considerar o potencial do livro de imagem e a situação lamentável de poucas iniciativas na Biblioteconomia em prol de uma biblioteca escolar acessível, inclusiva e acolhedora, é fundamental para “[...] garantir o acesso à informação, mas também formar um espaço agradável e acolhedor, no qual minorias sociais e linguísticas possam exercer a sua cidadania e lazer.”(PEREIRA, 2018, p.03)

As pesquisas sobre a aquisição da linguagem avançaram muito a partir dos anos 60. Os estudos envolvendo a análise do processo de aquisição linguística de várias crianças começaram a indicar a universalidade desse processo.

Espera-se esse trabalho represente uma revolução social e pedagógica, o mesmo poderá instigar e contribuir com outras pesquisas que apresente perspectivas completamente diferentes do estatuto das línguas de sinais culminando no seu reconhecimento metodológica pedagógico nas atividades de ensino-aprendiza de crianças surdas.

1. O SURDO E A INCLUSÃO SOCIOEDUCACIONAL

Após anos de lutas dos surdos, pode-se perceber as algumas conquistas alcançadas por eles, uma delas diz respeito à regulamentação da sua língua através da lei 10.436 de 24 de abril de 2002, sendo possível, a comunidade surda no brasileira se comunica por meio da sua própria língua, a Língua Brasileira de Sinais-Libras. A Lei reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Libras e outros recursos de expressão a ela associados. (BRASIL, 2002).

Somos todos responsáveis pelo efetivo cumprimento legal, sendo imprescindível analisar se esta lei está sendo colocada em prática em todos os ambientes da sociedade e da escola, em especial, pois, quando isto não acontece, está havendo um desrespeito à pessoa surda e à Comunidade que esse congrega.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Diante disso, fica evidente que o surdo tem o direito de se comunica por meio da sua língua, livre e seguramente, expressando ideias, opiniões, fatos, desejos e objetivos. Mas, para que uma comunicação venha a acontecer, é necessário que haja uma troca, uma conversa, um diálogo, e a Libras é uma ferramenta primordial para essa comunicação entre surdos e surdos e ouvintes, principalmente quando da sua chegada à escola.

1.1. A realidade da inclusão do surdo a escola regular (a visita a uma escola)

É indiscutível pensar que a Libras é o meio essencial de comunicação do surdo, é sua Língua e deve ser respeitada e garantida. O

que se pode perceber é que a Lei de LIBRAS, no que diz respeito à inclusão do surdo e propagação de sua língua, não está sendo cumprida na íntegra. Ao chegar à sala de aula, o aluno surdo estava sentado numa última cadeira, totalmente excluído dos demais por não haver uma comunicação e, muito menos, a presença de um tradutor intérprete na sala.

Vale salientar que, apesar da visita ter sido realizada apenas no mês de maio, o ano letivo já havia começado desde fevereiro de 2022, mostrando totalmente o não cumprimento do direito do surdo de ter um intérprete em sala de aula, com isso negando sua participação e o direito de aprendizado educacional, indo totalmente contra o texto do artigo 2º, da Lei de Libras, citado abaixo.

Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.(BRASIL, 2002).

A inclusão proposta em documentos se opõe totalmente à realidade presenciada, já que foi sugerida para solucionar os problemas encontrados entre as diferentes deficiências, mas que na realidade não existe na sua íntegra.

No decorrer da visita, foram presenciados vários momentos e, em um deles, o aluno queria se comunicar com a professora para entregar uma avaliação que ele teria levado para casa para fazer com ajuda de outras pessoas, talvez seus familiares, mas não sabia como se comunicar, pois a escola visitada estava impossibilitada de garantir o direito de voz a este aluno por não ter em sala de aula um profissional com qualificação na área da surdez para viabilizar o entendimento, restando a esse aluno surdo a estratégia de escrever em um papel o que queria falar com a professora.

Todo esse processo de limitações para o aluno é um verdadeiro absurdo, pelo fato de ele não poder usar a sua língua com liberdade e ter levado a avaliação para casa, pois fica claro que os alunos surdos não estão conseguindo acompanhar os conteúdos de forma proveitosa e significativa.

Na escola regular, o surdo é praticamente obrigado a saber a língua portuguesa para que haja um bom aproveitamento nas demais disciplinas, pois a Lei de Libras diz: “Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.” (BRASIL, 2002).

A grande discussão é que os surdos aprendem sua língua de forma tardia, pois se é perdido o momento crucial da aquisição linguística da criança, onde se deveria ser influenciado o contato e o ensino da língua brasileira de sinais como L1, dificultando ainda mais o processo de aprendizagem da escrita em L2.

Segundo Vilhalva (2013), na educação infantil é importante que a criança surda tenha a oportunidade de interagir na língua de sinais com o Instrutor, pois terá o seu desenvolvimento linguístico de maneira natural.

Por estes motivos o surdo tem apresentado uma maior resistência ao acesso em aprender a língua portuguesa, exigida pelos professores na escola.

Sabe-se que os alunos ouvintes também têm algumas memórias negativas das aulas de português e dos momentos de escrita, entretanto, e imposição do português a todo custo na escolarização dos surdos tem vários significados, sendo o mais grave deles a negação da língua de sinais na alfabetização. Com isso, era mesmo de se esperar que a experiência com a escrita da língua portuguesa tivesse relações diretas com o sentimento de impotência, baixa autoestima, e aversão ao idioma. (GESSER, 2009, p. 56).

Esta questão do uso de uma segunda língua é um dos fatores agravantes da exclusão dos alunos na escola regular, nesta escola estadual, por exemplo, existe o apoio do Atendimento Especializado de Ensino-AEE.

Esse apoio precisa da contribuição de todos: professores, diretores, merendeiras, porteiros, demais alunos a até mesmo a família precisam ter o conhecimento da Língua do seu aluno surdo, pois é comum os surdos não conhecerem a Libras e, muitas vezes, não é proveitosa a presença de um intérprete em sala de aula.

Dessa forma, deve-se trabalhar para haver uma propagação de sua língua e o conhecimento profundo da própria pelo surdo.

Para Vilhalva (2013), a pedagogia oral-auditiva deve ser introduzida como aprendizagem acrescentada e não de substituição. O ensino deve, portanto, ser

adaptado ao cognitivo do aluno Surdo, buscando o modelo com os usuários da Língua de Sinais mais experientes e mantendo o ensino do valor da preservação cultural.

Sendo assim, se percebe que estamos presentes em uma cultura surda e tentar vivê-la não é uma tarefa fácil, nem pro professor ouvinte nem tampouco para alunos, é preciso procurar recursos, aulas planejadas com antecedência e um envolvimento mais profundo com a comunidade surda.

1.2. O mundo do surdo

Ainda há muitos preconceitos e mitos dos ouvintes em relação aos surdos, como por exemplo: achar que a pessoa surda tem problemas cognitivos e não é capaz de realizar algumas atividades como trabalhar, fazer um vestibular ou concurso. Isso depende do ponto de vista de cada um, pelo fato de compararem o modelo padrão de pessoas para a sociedade, tacham os surdos como “deficientes”, além de acharem que a LIBRAS não é uma língua com uma estrutura gramatical, e que são apenas gestos icônicos.

O surdo pode e desenvolve suas habilidades cognitivas e linguísticas (se não tiver outro impedimento) ao lhe ser assegurado o uso da língua de sinais em todos os âmbitos sociais em que transita. Não é a surdez que compromete o desenvolvimento do surdo, e sim a falta de acesso a uma língua. A ausência dela tem consequências gravíssimas: tornar o indivíduo solitário, além de comprometer o desenvolvimento de suas capacidades mentais(GESSER, 2009, P.76)

São levantados vários questionamentos quando o assunto é como incluir a pessoa surda na escola para que se possa formar, assim como as pessoas ditas normais, um cidadão ativo na sociedade em que vive e que seja capaz de realizar sonhos. Mas, para que isso aconteça, a conscientização deve começar dentro de casa, onde a própria família busque aprender sua língua, e se estenda para a escola.

O professor deve olhar nos olhos do seu aluno surdo buscando recursos para que se possa passar o conteúdo de forma proveitosa, que os demais alunos olhem para este colega surdo e o veja como um ser humano que pode, e muito, contribuir e fazer parte da sociedade de forma atuante.

As pessoas surdas, que estão politicamente atuando para terem seus direitos de cidadania e linguísticos respeitados, fazem uma distinção entre “ser surdo” e ser “deficiente auditivo”. A palavra “deficiente”, que não foi escolhida por elas para se denominarem, estigmatiza a pessoa porque a mostra sempre pelo que ela não tem, em relação às outras e, não mostra o que ela pode ter de diferente e, por isso, acrescentar às outras pessoas.(FELIPE, 2009, P.45)

A comunicação e relação de ouvintes com surdo é possível sim, é possível uma sala de aula onde haja comunicação, onde todos respeitem realmente o surdo e se comuniquem, propagando a Libras em toda a comunidade escolar. Para que o surdo se sinta realmente incluído, é necessário quebrar esta barreira da comunicação. Afinal,

Ser surdo é saber que pode falar com as mãos e aprender uma língua oral-auditiva através dessa, é conviver com pessoas que, em um universo de barulhos deparam-se com pessoas que estão percebendo o mundo, principalmente, pela visão, e isso faz com que elas sejam diferentes e não necessariamente deficientes.(FELIPE, 2009, P.45)

Desse modo, fica claro que a educação verdadeiramente inclusiva parte do princípio que a escola é um ambiente que é de direito de todos, sem distinção nem discriminação, mostrando que todos os seres humanos são valiosos e têm seus direitos.

O professor ou a escola não são os únicos culpados por esta falsa inclusão, apenas são agentes importantes para facilitar a convivência no mundo surdo. Ainda, segundo Vilhalva (2013), para a aceitação da diferença e paciência para inteirar-se nela é imprescindível a participação de todos que fazem parte da vida e trajetória do surdo.

A Libras não é só para os surdos, os ouvintes também devem ter acesso a esta língua e conviver com o surdo, para que só assim eles se

coloquem um no lugar do outro e que possa acontecer realmente uma verdadeira inclusão.

2. METODOLOGIA DE ENSINO DA ESCOLA BILÍNGUE EM PORTO VELHO E O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DAS CRIANÇAS SURDAS

2.1 Oralíssimo e suas práticas

A expressão "oralíssimo" refere-se a uma abordagem educacional que enfatiza o desenvolvimento da comunicação oral em crianças surdas. Essa abordagem tem como objetivo principal ensinar aos alunos surdos a fala e a leitura labial, permitindo que eles se comuniquem por meio da língua oral, em vez de utilizar línguas de sinais ou sistemas de comunicação alternativos, defendido principalmente por Alexander Graham Bell (1874-1922), um cientista, inventor e fonoaudiólogo britânico, naturalizado norte-americano.

O oralíssimo, enquanto prática de ensino para surdos, envolve o uso intensivo da terapia da fala, com foco na produção de sons da fala, articulação correta e habilidades de leitura labial. Geralmente, as crianças são encorajadas a usar aparelhos auditivos ou implantes cocleares para amplificar os sons e facilitar a percepção auditiva.

Nesse sentido, as atividades do oralíssimo podem incluir uma série de técnicas e estratégias, como:

A **terapia da fala** é a especialidade que se dedica à prevenção, avaliação, diagnóstico, tratamento e estudo científico da comunicação humana e das perturbações a ela associadas.

Estas perturbações podem ser ao nível da fala e da linguagem mas também relacionadas com as funções auditiva, visual, cognitiva, oro-muscular, respiratória, deglutição e voz; e, envolve sessões individuais ou em grupo com um fonoaudiólogo, que trabalha para melhorar a produção da fala e a audição do aluno surdo.

Na proposta das práticas de **leitura labial** ou **leitura orofacial**, ou ainda **leitura de fala** (Reis & Escada, 2016), os alunos são ensinados a observar os movimentos dos lábios, expressões faciais e outros sinais visuais para compreender melhor a fala. Logo, *as expressões faciais desempenham um papel importante na*

língua de sinais. No caso dos surdos que vocalizam e precisam fazer leitura labial, (PAPIM & DI ROMA, 2021.p. 71)

O **treinamento auditivo** são exercícios realizados para desenvolver a percepção auditiva, como identificar diferentes sons, distinguir palavras e frases, e melhorar a compreensão auditiva.

No âmbito da formação docente para a educação de surdos, ressalta-se que *o foco da formação de professores para surdos priorizava práticas terapêuticas de treinamento auditivo e de reabilitação da fala no atendimento ao surdo em detrimento das educacionais, buscando-se por meio delas, sua normalização. (MUTTÃO & LODI, p. 50, 2018).*

Além disso, os alunos podem receber treinamento intensivo em leitura, escrita e habilidades de linguagem.

Destaca-se como possibilidade de ensino ao surdo, o uso de **tecnologia assistiva**, os quais consistem em dispositivos como aparelhos auditivos, implantes cocleares e amplificadores de som que são utilizados para amplificar os sons e auxiliar na audição dos alunos.

Por fim, a efetiva **integração em ambientes de língua oral**, ocasião em que os alunos são incentivados a participar de atividades em ambientes nos quais a língua oral é predominante, como salas de aula com estudantes ouvintes, para facilitar a prática e o uso da fala.

Portanto, é salutar destacar que a proposta oralíssista é apenas mais uma das abordagens educacionais disponíveis para crianças surdas, e sua aplicação pode variar de acordo com as necessidades individuais de cada aluno. Algumas pessoas argumentam que a abordagem oralíssima pode limitar o acesso dos alunos surdos à língua de sinais e à comunidade surda, enquanto outros defendem que ela oferece oportunidades de inclusão em ambientes de língua oral e desenvolvimento da comunicação oral.

Diante disso, é importante observar que a escolha da abordagem educacional, seja qual for, deve levar em consideração os desejos e necessidades específicas de cada aluno surdo, bem como o contexto cultural e educacional em que estão inseridos.

2.2 Comunicação Total: metodologias

A Comunicação Total é uma abordagem educacional que visa proporcionar aos alunos surdos uma variedade de métodos de comunicação, reconhecendo a importância de utilizar todas as formas disponíveis para facilitar a comunicação e a aquisição de conhecimento.

Essa abordagem reconhece que a língua de sinais, a língua falada, a leitura labial, a escrita e outros recursos visuais podem ser usados em conjunto para promover a compreensão e a expressão dos alunos surdos.

Diferentemente do oralíssimo, que enfatiza a comunicação oral e a leitura labial, a comunicação total valoriza e incorpora o uso da língua de sinais como uma ferramenta essencial de comunicação.

Os defensores dessa abordagem acreditam que a língua de sinais é uma língua natural e completa, que proporciona às pessoas surdas acesso pleno à comunicação e ao desenvolvimento linguístico.

Kezio Gapud Kazlowski (2016, p. 173), afirma que,

Na Comunicação Total se utiliza muito o uso do alfabeto manual²¹ para se chegar a uma comunicação com os ouvintes, também conhecido como datilologia ou alfabeto manual. A sua difusão gera, entre muitos ouvintes, a pressuposição de que o alfabeto é a própria Língua de Sinais, mas esse é apenas um suplemento dessa língua, que sua função é a soletração de nomes, siglas, aqui no Brasil possui 27 (vinte e sete) configurações, incluindo as letras k, w, y, e também o ç. Kazlowski, (2000, p.89)

A Comunicação Total envolve a combinação de diferentes estratégias e recursos, como:

A **língua de sinais** é ensinada e utilizada como meio de comunicação principal. Ela permite que os alunos surdos se expressem plenamente, recebam informações e se envolvam em conversas e interações com outras pessoas surdas e ouvintes que conhecem a língua de sinais.

A **fala** e a **leitura labial** também são ensinadas e utilizadas, especialmente quando há uma preferência pessoal dos alunos ou em situações em que a língua oral é predominante. No entanto, a compreensão de que a comunicação oral nem

sempre é suficiente e que outros recursos são necessários é uma premissa fundamental da abordagem da Comunicação Total.

O uso de recursos visuais, como imagens, gestos, expressões faciais, dicionários visuais e outras formas de recursos visuais são utilizados para auxiliar na compreensão e expressão dos alunos surdos. Esses recursos visuais são considerados complementares à língua de sinais e à língua falada.

Na promoção da inclusão de todos os alunos, a Comunicação Total valoriza a inclusão de alunos surdos em salas de aula regulares, proporcionando apoio e recursos adequados para sua participação efetiva na educação.

É importante ressaltar que a Comunicação Total não é uma abordagem homogênea e pode variar em termos de práticas e filosofias específicas. Além disso, a escolha da abordagem educacional para alunos surdos deve levar em consideração suas necessidades individuais, preferências linguísticas e o contexto educacional e cultural em que estão inseridos.

2.3 Bilinguismo e suas práticas

O bilinguismo na educação de surdos envolve a adoção de práticas pedagógicas específicas que valorizam o uso e o desenvolvimento de duas línguas: a língua de sinais e a língua escrita do país em que estão inseridos, como por exemplo, a língua escrita do português, no caso do Brasil.

Além disso, reconhece a língua de sinais como uma língua natural e completa, que proporciona acesso pleno à comunicação e ao desenvolvimento linguístico para os alunos surdos. Essa abordagem pedagógica busca promover a fluência e a proficiência tanto na língua de sinais quanto na língua escrita do país, e, tais práticas pedagógicas do bilinguismo na educação de surdos podem incluir, como citado, a língua de sinais como língua primária, sendo a língua de sinais considerada a primeira língua dos alunos surdos e é utilizada como meio de comunicação principal nas salas de aula. Os educadores devem ser fluentes na língua de sinais e a utilizam como meio de instrução.

No que concerne a aquisição da língua escrita, aos alunos surdos são ensinados a língua escrita do país em que estão inseridos, no caso do Brasil, por exemplo, o português escrito. São oferecidos, ainda, programas de alfabetização e desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, permitindo que os alunos se tornem bilíngues.

O reconhecimento e a identificação com a cultura surda deve ser ensinado, isso porque, além do ensino das línguas, o bilinguismo na educação de surdos valoriza a promoção da cultura surda. O professor deve ter a preocupação de oportunizar aprendizados que os façam aprender sobre a história, a comunidade e a identidade cultural dos surdos, fortalecendo sua conexão com a comunidade surda e o desenvolvimento em pares.

No que diz respeito a inclusão e a intergração do intérprete de língua de sinais, essa deve ser garantida na sala de aula como uma iniciativa comum na abordagem bilíngue, reconhecendo, os intérpretes como facilitadores da comunicação entre os alunos surdos e ouvintes, garantindo acesso igualitário à informação e participação efetiva.

Ressalta-se que, historicamente, segundo Paz e Gutiérrez (2013):

As atividades praticadas pelos tradutores e intérpretes continuaram inalteradas durante séculos que antecederam a Idade Média, período que a língua francesa predominava como língua dos nobres nos negócios e nas relações internacionais. Somente em 1919, após a Conferência de Paris deixaria de sê-lo, visto que políticos exigiam a implantação do multilinguismo, dada as aberturas comerciais com países anglo-saxônicos e demais de origem diversas favorecendo a língua inglesa. As práticas de tradução e da interpretação aconteciam em mosteiros, concílios e sinagogas, já que naqueles espaços haviam cristãos advindos de toda parte do mundo para desenvolverem sua formação teológica. Esta prática favoreceria as relações mercantis, internacionais, diplomáticas e ações militares que exigiam forças armadas de diferentes países que seguiam em missão de paz e/ou guerra; reestruturação de países em momentos pós guerra. (PAZ E GUTIÉRREZ, 2013:pp. 6-7)

Diante do exposto, o bilinguismo na educação de surdos reconhece e valoriza a diversidade linguística e cultural dos surdos, proporcionando um ambiente

de aprendizado inclusivo e adequado às suas necessidades. Essa abordagem enfatiza a importância de desenvolver habilidades linguísticas e promove o acesso pleno à educação e à comunicação para os alunos surdos.

2.4 Pedagogia Surda

A pedagogia bilíngue na educação de surdos se baseia nos princípios e métodos específicos que visam promover o desenvolvimento da língua de sinais e da língua escrita simultaneamente. Esses princípios e métodos são fundamentais para criar um ambiente de aprendizado inclusivo e promover o sucesso escolar e linguístico dos alunos surdos.

Dessa forma, a proposta metodológica bilíngue consiste em trabalhar com duas línguas e, nesse caso, as línguas em questão são a Libras e a língua portuguesa na modalidade escrita. (CAPOVILLA E RAPHAEL, 2008, p. 1540),

Para isso, adotar-se-á os princípios e métodos chave da pedagogia bilíngue para a educação de surdos, como seguem:

Inicialmente, faz-se *mister* acreditar que os alunos surdos têm o direito de serem bilíngues, ou seja, terem pleno acesso e domínio tanto da língua de sinais quanto da língua escrita do país em que estão inseridos. Ambas as línguas são valorizadas e consideradas fundamentais para o desenvolvimento acadêmico, cognitivo e linguístico dos alunos.

A língua de sinais é reconhecida como uma língua natural e completa, com sua própria gramática e estrutura. Os alunos surdos são imersos nessa língua desde o início de sua educação, permitindo que eles a adquiram naturalmente, assim como crianças ouvintes adquirem sua língua materna.

Além da língua de sinais, os alunos surdos têm o direito de ter acesso à língua escrita do país em que vivem. Eles devem receber instrução adequada em leitura, escrita e compreensão da língua escrita, permitindo-lhes se tornarem alfabetizados e comunicarem-se efetivamente por meio da escrita.

A pedagogia bilíngue reconhece e valoriza a cultura surda como parte integral da identidade dos alunos surdos. Isso inclui o ensino da história, dos

valores, das tradições e das realizações da comunidade surda, permitindo que os alunos desenvolvam um senso de identidade e pertencimento.

Uso da língua de sinais: A língua de sinais é usada como meio de instrução primário nas salas de aula. Os educadores são fluentes na língua de sinais e a utilizam para ensinar novos conceitos, facilitar a compreensão e promover a participação ativa dos alunos.

Os conteúdos curriculares são apresentados e ensinados de forma integrada, relacionando a língua de sinais e a língua escrita. Os educadores procuram estabelecer conexões entre as duas línguas, proporcionando oportunidades para os alunos expandirem seu vocabulário, compreensão e expressão em ambas as línguas.

Os alunos surdos recebem instrução explícita em leitura, escrita e habilidades de compreensão em ambas as línguas, língua de sinais e língua escrita. São utilizadas estratégias e métodos específicos para promover o desenvolvimento bilíngue e a alfabetização dos alunos.

Os alunos são incentivados a se envolverem com a comunidade surda, participando de eventos, atividades culturais e sociais que promovam a interação com outros membros da comunidade surda. Isso ajuda a fortalecer sua identidade surda e proporciona oportunidades de prática e uso da língua de sinais em contextos reais.

Esses princípios e métodos da pedagogia bilíngue são implementados de maneira flexível e adaptada às necessidades e ao contexto de cada aluno surdo, levando em consideração sua proficiência linguística, preferências e metas individuais.

2.5 Processo educacional e a interação linguística

O processo educacional de surdos deve ser formado por um conjunto de práticas, abordagens e estratégias que se utilizem da gestovisualidade na educação de estudantes surdos.

Não resta dúvida de que, o objetivo desse processo é proporcionar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, que atenda às necessidades específicas dos alunos surdos, daqueles que nasceram ouvindo, mas que perdem gradativamente sua audição, vindo a se tornar um deficiente auditivo, conhecido na Comunidade surda pela sigla DA e promova seu desenvolvimento escolar, linguístico, social-afetivo e emocional.

O processo educacional de surdos envolve diferentes aspectos e considerações que perpassam necessariamente pelo acesso linguístico; a comunicação, objetivando a integração, interação e socialização do surdo; a efetivação da inclusão e eliminação das barreiras comunicacionais; e, uma preocupação contínua com a formação dos professores para o atendimento aos alunos surdos e DA's.

Nesse sentido, a língua de sinais é reconhecida como a primeira língua dos alunos surdos, e eles devem ter acesso a ela desde o início de sua educação. A língua de sinais permite que os alunos se comuniquem de forma efetiva e desenvolvam habilidades cognitivas e linguísticas.

Além disso, é importante garantir o acesso à língua escrita do País, por meio de estratégias de letramento e ensino da língua escrita.

Quanto à comunicação com os surdos, é essencial que se faça a promoção de uma comunicação efetiva entre os alunos surdos, os educadores e os colegas de classe. Isso pode incluir o uso de intérpretes e tradutores de língua de sinais, recursos visuais, tecnologia assistiva e estratégias de comunicação alternativa, conforme necessário.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (MEC, 2002)

Outro aspecto diz respeito a inclusão do surdo e a garantia dos serviços de qualidade para esse público alvo. A inclusão é um princípio fundamental no processo educacional de surdos. Isso implica em criar um ambiente escolar que valorize a diversidade, respeite a identidade surda e promova a participação plena e igualitária dos alunos surdos em todas as atividades educacionais e sociais.

Para tanto, faz-se necessário realizar adaptações curriculares para atender às necessidades individuais dos alunos surdos. Isso pode envolver a tradução de materiais didáticos para a língua de sinais, o uso de recursos visuais e materiais concretos, e a utilização de estratégias diferenciadas de ensino para garantir o acesso ao currículo.

Os professores que trabalham com alunos surdos devem receber formação específica sobre a educação inclusiva de surdos, as características da surdez, estratégias de ensino da língua de sinais, o uso de tecnologia assistiva e outros aspectos relevantes. A formação contínua é importante para atualizar e aprimorar as habilidades dos educadores nesse campo, em especial, se ofertada como pedagogia bilíngue, pois o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014 definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira neste período e estabeleceu 20 metas a serem cumpridas na vigência.

Dentre essas, segundo estudos de Kraemer, Lopes e Zilio (2020, p. 6-7)

(...) destaca-se a referência à educação bilíngue para os surdos em três metas: a) Meta 1.11, que dispõe sobre o acesso à educação infantil, “assegurando a educação bilíngue para crianças surdas”; b) Meta 7.8, que trata dos indicadores que avaliam a “qualidade da educação bilíngue para surdos”; e c) Meta 4.7, que garante a educação bilíngue, ofertando a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua, na modalidade escrita, para alunos surdos e com deficiência auditiva, de 0 a 17 anos. Essa oferta deve ser efetivada em “escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” (BRASIL, 2014).

As metas previstas no PNE (BRASIL, 2014) refletem a luta política sistematizada no documento “A Educação que Nós Surdos Queremos” (FENEIS, 1999). Nele, dentre outras questões, propõe-se “o reconhecimento da língua de sinais

como língua da educação do Surdo”, assegurando o direito desse sujeito de aprender a língua de sinais, a língua portuguesa e outras línguas (FENEIS, 1999, p. 2). Ainda, no referido documento, destaca-se a necessidade de considerar o conhecimento em língua de sinais dos professores de surdos, bem como a formação e atualização dos professores ouvintes, “de modo a assegurar qualidade educacional” (FENEIS, 1999, p. 5).

Ainda, no sentido de reforçar, e, respeitando a lei nº 10.436 – Lei de Libras que, embora tenha sido publicada em 2002, começou a ser desenvolvida no ano de 1993, por meio de um projeto de lei. Nesse projeto, a intenção era conceder para a Língua Brasileira de Sinais o reconhecimento como língua oficial no Brasil e, desse modo, foi garantido, no seu art. 4º, o que segue:

O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. (MEC, 2002)

É importante ressaltar que o processo educacional de surdos pode variar de acordo com as políticas educacionais e as abordagens adotadas em cada país ou contexto. O objetivo central é proporcionar uma educação que valorize a identidade e as necessidades dos alunos surdos, promovendo seu pleno desenvolvimento e sucesso acadêmico.

Concernente a interação linguística com o surdo, A interação linguística com o surdo refere-se à comunicação e interação entre pessoas surdas e ouvintes, levando em consideração as particularidades linguísticas e culturais dos surdos. Envolve o uso de diferentes modalidades linguísticas, como a língua de sinais, a língua escrita e outras estratégias de comunicação.

A língua de sinais é a principal forma de comunicação utilizada pelos surdos e, portanto, a interação linguística com o surdo envolve o reconhecimento e o

respeito pela língua de sinais do país em questão. Isso implica em aprender e utilizar a língua de sinais para se comunicar de forma efetiva com os surdos.

A interação linguística com o surdo também pode envolver o uso da língua escrita, como forma de complementar a comunicação. É importante oferecer suporte e recursos adequados para que os surdos possam desenvolver habilidades de leitura, escrita e compreensão da língua escrita.

Além disso, a interação linguística com o surdo requer adaptações e estratégias específicas para garantir uma comunicação efetiva. Isso pode incluir o uso de recursos visuais, gestos, expressões faciais, tecnologia assistiva, interpretação em língua de sinais, legendas, entre outros.

A interação linguística com o surdo não se limita apenas à comunicação verbal ou gestual, mas também envolve a compreensão e valorização da cultura surda. É importante reconhecer e respeitar a identidade e a diversidade da comunidade surda, promovendo um ambiente inclusivo e enriquecedor para a interação entre surdos e ouvintes.

Finalmente, a interação linguística com o surdo refere-se à comunicação e interação entre surdos e ouvintes, levando em consideração as particularidades linguísticas, culturais e comunicativas dos surdos. Envolve o uso da língua de sinais, da língua escrita e de estratégias de comunicação adequadas para garantir uma interação efetiva e inclusiva.

3. EDUCAÇÃO DE SURDOS: REFLEXÕES TEÓRICO-PRÁTICAS

Pensar em educação é pensar na gama de diversidade existente e nas necessidades que se enfrenta a cada dia para que os sujeitos envolvidos sintam-se de fato incluídos no processo educacional, e que o sistema e metodologias possam estar contribuindo significativamente para o desenvolvimento integral dos educandos, de modo que os mesmos sintam-se sujeitos ativos da aprendizagem, sendo assim respeitados em suas particularidades.

Refletir sobre a Libras, como uma língua materna ou de aquisição para os surdos, é uma forma de valorizar não só a sua Comunicação, mas apreciar também a sua história, cultura e identidade, bem como uma maneira de contribuir para sua inclusão social.

Tem-se, portanto, o desejo de analisar a importância da educação em língua materna para os surdos, contudo fazendo uma reflexão sobre a necessidade que os mesmos possuem em ter a língua portuguesa como uma segunda língua, visto que são cidadãos brasileiros e a língua oficial de seu país é o português, considerando ainda os agentes mediadores desse processo educacional que se define pela família e a escola.

Torna-se necessário estudar sobre essa temática, pois no Brasil já existem vários estudos sobre variação linguística e educação em língua materna, contudo a Libras ainda enfrenta inúmeros preconceitos, embora seja considerada como uma língua oficial no país desde 2002.

Sabe-se também que por muito tempo os surdos não tiveram o direito de se comunicar através da língua de sinais, então refletir sobre essa temática no cenário educacional é uma forma de divulgar e de respeitar a história e a cultura dos sujeitos surdos que foram por muito tempo esquecidos e/ou oprimidos por uma sociedade ouvintista.

A definição ouvintista nas discussões acadêmicas sobre surdez se dá pelo fato das pessoas ouvintes constituírem a maioria na sociedade, e sendo assim, a cultura majoritária se pauta em formas de comunicações oralistas que se utiliza da fala e da audição para se concretizar e de expressões sociais e culturais que se

utilizem e se baseiam pelo som; como os surdos são a minoria, acabam ficando as margens da sociedade, por não pertencerem a essa cultura.

A partir de indagações e pesquisas sobre como a educação de surdos deve ser efetivada, percebeu-se que surgem ao longo dos anos várias correntes teóricas que indicam como educar esses sujeitos, atualmente a mais aceita entre os pesquisadores e envolvidos com a comunidade surda é o bilinguismo, pois acredita-se que a interação entre a língua materna Libras e a língua vernácula do País proporcionará o pleno desenvolvimento para esses indivíduos, desde que seja adequadamente trabalhado.

Contudo, neste quarto capítulo, iremos relatar no decorrer deste, os principais aportes legais e teóricos que surgiram ao longo da história, pautando-nos principalmente em ideias defendidas por Sacks (1998), Romani (2009), Quadros (1997), Skliar (2003) e Freire (1988 - 1996), objetivando propiciar uma gama maior de informações que irão nos subsidiar nas reflexões sobre como deveria ser de fato a educação dos surdos e identificá-la quando do interior da Escola Bilíngue de Porto Velho.

A título de informação, entende-se por comunidade surda todo e qualquer indivíduo surdo ou não que convive, interage, tem um contato direto com os sujeitos surdos; que está envolvido nas discussões acadêmicas e legais voltadas para a surdez, luta pelos direitos desta minoria, e pela valorização e divulgação da cultura surda; aquele que pertence a esse grupo minoritário mesmo que não seja surdo, inclui-se aqui os surdos, pais, intérpretes, amigos, professores, familiares, enfim todo e qualquer indivíduo que se interessa pela causa.

É nessa premissa que nos propomos a refletir sobre a aquisição da língua, e quem passa a ser responsável por esse processo família ou escola, pois vivemos em uma realidade social na qual não estamos totalmente preparados para aceitar o outro em suas especificidades, já que se erguem estereótipos estabelecidos pela sociedade, e qualquer sujeito que fuja desse padrão torna-se diferente.

Sendo assim as famílias enfrentam inúmeras dificuldades nesse processo de aquisição da língua - Libras, pois trata-se de uma língua que está totalmente fora dos padrões de normalidade impostos pela sociedade, e se os pais não a conhecem

como irão educar seus filhos surdos partindo do princípio de que a Libras deve ser sua língua materna?

Esse despreparo não parte só da família, mas da escola e da sociedade em geral, que ainda não valoriza e reconhece a Libras; o que vem acarretar uma série de fatores que irão atrasar o desenvolvimento da linguagem da criança surda, pois é preciso ter conhecimento sobre a mesma para poder dar os direcionamentos e mediar esse processo de aquisição da língua materna.

Nota-se que essa aquisição da língua materna para o sujeito surdo toma proporções e discussões diferentes, segundo Sacks (1998), cerca de 95% das crianças surdas nascem de pais ouvintes e nessa premissa torna-se complicado o processo de educação em língua materna, uma vez que a Libras não é a língua materna dos pais, e tanto os familiares como a escola necessitam ter acesso a essas informações, pois a comunicação é de suma importância na vida de qualquer indivíduo.

Contudo, procuramos responder inquietações no que se refere a crianças surdas que são educadas em língua materna pela família e as que têm o primeiro contato com a Libras apenas na escola, fazendo uma análise sobre o desenvolvimento de ambas no contexto educacional e social, discutindo sobre a aquisição da língua portuguesa como uma segunda língua, questionamento a realidade educacional atual, refletindo sobre a inversão de papéis que em muitos casos a família passa para a escola tornando-a como a única instituição responsável pelo sucesso ou fracasso do sujeito surdo, quando na verdade deveria existir uma parceria e na qual a família deveria assumir a postura de maior responsabilidade, a fim de obter resultados significativos na educação dos surdos, pois desde a primeira infância devem ser educados em língua materna assegurando os seus direitos já estabelecidos por lei, e promovendo sua autonomia, e conseqüentemente sua inclusão na sociedade.

3.1. Educação de surdos: aspectos históricos e teóricos

O processo histórico de educação de surdos enfrentou inúmeras transformações ao longo dos anos, e, entre avanços e retrocessos, acreditamos que por mais que tenham sido mudanças bruscas, todas possibilitaram discussões teóricas acadêmicas significativas para uma melhoria de postura em relação ao ensino e aprendizagem do 'sujeito surdo'.

Entende-se por sujeito surdo o indivíduo que aceita a sua condição enquanto pessoa com deficiência ou limitação linguística, tem uma identidade formada em relação a sua condição social e cultural, pertence a comunidade surda, e comungando dos mesmos ideais desta comunidade embora tenha peculiaridades individuais, e que se fortalecem enquanto grupo pertencente a uma minoria. (PERLIN, 1998, p. 58)

Na antiguidade o conceito que se tinha sobre o surdo na maioria das civilizações, com exceção do Egito e da Pérsia, seriam seres inferiores, incapazes, que não eram saudáveis, pessoas castigadas ou enfeitiçadas, sendo condenados a morte, "(...) *se nascerem defeituosos e monstruosos, afogamo-los, não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis.*" (Sêneca, *Apud* Silva, 1986, p.129).

Os poucos que sobreviviam, era porque as famílias os escondiam e em muitos casos os tornavam escravos para realizarem os trabalhos braçais. Todas as civilizações não acreditavam na possibilidade de educar os surdos, ficando assim marginalizados dos contextos sociais pela sua condição de pessoa com deficiência.

Aristóteles (384-322 a.C.) defendia a ideia que os surdos eram impossibilitados de raciocinar por não possuírem a linguagem, já que o mesmo acreditava ser o ouvido o órgão mais importante para a educação. No entanto Sócrates (469 - 399 a.C.) declarou que seria aceitável que os surdos utilizassem uma comunicação alternativa com as mãos, e Santo Agostinho (354- 430) declarava que o nascimento de filhos deficientes seria um castigo de Deus para que os pais pagassem seus pecados, e que os surdos podiam se comunicar através de gestos como forma de compensar a comunicação.

Na Idade Média, ocorreram muitas transformações no que se refere ao tratamento das pessoas surdas, inicialmente eram queimados nas fogueiras, e eram tidos como sujeitos estranhos e despertavam curiosidade entre a sociedade. Ao

passar dos anos foram modificando-se os conceitos, os surdos não eram mais condenados à morte, mas não tinham oportunidade de exercerem seus direitos, não tinham o mínimo de dignidade, eram impedidos de desempenhar coisas simples da vida cotidiana como: votar, casar, receber herança, participar das atividades habituais da igreja católica, pois não tinham como confessar seus pecados, e eram incapazes de proferir os sacramentos, sendo assim não seriam almas imortais.

Foi nesta época também que iniciou-se estudos pelos monges sobre uma comunicação através de gestos, mas que era apenas utilizada por eles, “os monges beneditinos, na Itália, empregavam uma forma de sinais para comunicar entre eles, a fim de não violar o rígido voto de silêncio” (STROBEL, 2009, s/p).

Na Idade Moderna, que passa a ser um período menos influenciado e dominado pela igreja católica, iniciando-se a perspectiva da razão, do conhecimento científico e da medicina. Em relação a deficiência trouxe discussões significativas no que se refere a aquisição da linguagem. O filósofo e médico Gerolamo Cardano (1501-1576), defendia o conceito de que os surdos eram capazes de aprender e que era um crime não educá-los.

O espanhol Pedro Ponce de León (1520 - 1584), iniciou a educação de surdos-mudos, utilizando como metodologia a datilologia, escrita e oralização, foi também o fundador da primeira escola para surdos. Mas foi através de Charles-Michel de l'Épée (1712-1789) que a língua de sinais passa a ganhar destaque, pois foi a partir dele que a educação de surdos se deu de forma abrangente passando a ser pública, e mesmo sendo seu objetivo principal ajudar os surdos adquirirem a linguagem para que possam proferir os sacramentos e obter a salvação da alma, o mesmo deixou um legado no que se refere aos estudos das línguas de sinais.

Apenas na Idade Contemporânea que a educação de surdos chega ao Brasil, a partir do ano de 1855, através de um francês, o professor surdo Eduardo Huet (1822-1882), que veio a pedido do imperador D. Pedro II, com o intuito de formarem uma escola para surdos no país.

Em 1857 fundou-se primeira escola para surdos no Rio de Janeiro, denominada de Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos-INES.

Embora muitas tenham sido as mudanças de conceitos e posturas em relação aos surdos, essa história é marcada também por retrocesso, pois o Congresso de Milão em 1880 definiu o oralismo como o único meio de educar os surdos, sendo assim impedindo-os de se comunicarem em sua língua natural que é a língua de sinais durante muito tempo.

Os surdos então sofreram diversos castigos e foram repreendidos para não se comunicar por meio de uma língua visual. Mas, foi eminente ao longo dos anos que não era todos os surdos que obtinham sucesso com o método oralista, sendo assim questionado.

A hegemonia do Oralismo se estendeu até 1960. A Língua de Sinais sofre um duro golpe na medida de que é proibida sua utilização, mas os surdos, como em outros momentos históricos, continuam a utilizá-la configurando o que chamo de território de resistência: resistência no sentido de garantir a existência da língua sem deixá-la morrer e todas as características culturais que dela advém. (SILVA, 2003, p. 39)

Após o rompimento do oralismo a realidade da educação dos sujeitos surdos começa a mudar, passando pela comunicação total - metodologia que utiliza a combinação de gestos, leitura labial, fala, escrita, enfim todo e qualquer meio que venha facilitar a comunicação. Também conhecida como bimodalismo; e, pelo bilinguismo que atualmente é a proposta mais aceita em relação à educação de surdos por proporcioná-los o acesso à duas línguas, sendo a língua de sinais e a língua vernácula do país, tendo em vista que considera a língua de sinais como sua língua materna e a língua oficial do país como uma segunda língua a ser aprendida.

O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando ao acesso à escola dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular. (BRASIL. MEC/SEESP, 2008).

Contudo, devemos hoje nos preocupar com a educação de surdos em igualdade de condições, para que os mesmos sintam-se realmente sujeitos participativos desse processo, que não sintam-se excluídos do sistema escolar. Um

fato que ganha um merecido destaque nesse processo de educação de surdos, foi a proposta inclusiva oportunizando o acesso das pessoas com deficiência estudarem em escolas regulares, pois até então existia a segregação, uma vez que estudavam apenas em escolas/institutos específicos para cada deficiência ou nas ditas escolas especiais.

A Declaração de Salamanca em 1994 contribuiu de forma significativa para que esse processo de inclusão fosse efetivado, orientando práticas inclusivas em todos os âmbitos educacionais e conseqüentemente na sociedade, o que proporciona um ganho para toda a humanidade, pois todos nós iremos aprender com a diferença, reforçando as relações de alteridade e respeito mútuo.

O desenvolvimento de estudos no campo da educação e a defesa dos direitos humanos vêm modificando os conceitos, as legislações e as práticas pedagógicas e de gestão, promovendo a reestruturação do ensino regular e especial. A definição das necessidades educacionais especiais passou a ser amplamente disseminada a partir da Declaração de Salamanca, que estabelece como princípio que as escolas do ensino regular devem educar todos os alunos, enfrentando a situação de exclusão escolar das crianças com deficiência, das que vivem nas ruas ou que trabalham, das superdotadas, em desvantagem social, das que apresentam diferenças linguísticas, étnicas ou culturais. (BRASIL. MEC/SEESP, 2008 p.15).

É preciso que reconheçamos a importância da língua de sinais para o sujeito surdo, pois é a língua natural desses indivíduos, e, é por meio dela que os mesmos descobrem o mundo, desenvolvem a criatividade, se expressando nas mais diversas formas que a comunicação exige e podem interagir socialmente, embora ainda na realidade atual essa interação não se concretize de forma plena, visto que são poucas as pessoas que conhecem e respeitam as línguas de sinais.

3.2. Libras, a língua de aquisição do sujeito surdo

Sabe-se que a língua representa um povo, constituindo-lhes identidade e características próprias, sendo assim uma língua não só é forma de comunicação,

mas representa também a tradição, a história e a vida dos sujeitos, Sacks, (1998, p. 137) comenta que essa concepção “... *vale especialmente para a língua de sinais, porque ela é a voz – não só biológica, mas cultural, e impossível de silenciar – dos surdos*”.

Na realidade brasileira a Língua Brasileira de Sinais (Libras), assume um papel fundamental na educação dos sujeitos surdos.

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, art.1º parágrafo único)

Embora a Libras seja regularizada como uma língua há dez anos, através da lei de nº 10.436 de 24/04/02, ainda existe muitos preconceitos que a cercam, pois muitas pessoas consideram como língua apenas as que possuem a oralidade e escrita, e, é por esse tipo de preconceito que durante muito tempo o surdo precisou ser oralizado e foi impedido de desenvolver qualquer tipo de gestos para sua comunicação.

Sendo assim a língua vernácula, que na nossa realidade é a Língua Portuguesa, passou a ser ensinada aos surdos, e nessa posição opressora na qual dominava a ideologia ouvintista, os surdos passaram a se comunicar em língua de sinais apenas quando estavam entre eles e de certa forma as escondidas, mas essa atitude permitiu que as línguas de sinais sobrevivessem, pois como já sustém Romani, (2009, s/ p.)

Quando um povo perde uma língua, também perde diversidade humana: perdem-se meios de compreensão e explicação do mundo; perdem-se soluções de adaptabilidade do homem ao meio, perde-se o conhecimento do potencial e do usufruto sustentável deste meio. Enfim, perdem-se conhecimentos fundamentais que venham a colaborar para a continuidade da sobrevivência do homem no planeta.

Apesar dos surdos terem sofrido muita opressão para não divulgarem e se comunicarem em sua língua materna, as línguas de sinais resistiram, e foi essa

'clandestinidade' que permitiu que os surdos dessem continuidade a sua cultura e identidade, ocasionando assim a sua libertação, porém ainda existem reflexos dessa opressão, um deles é o fato de muitas pessoas atreladas a estereótipos e preconceitos, ainda não aceitam a Libras como uma língua, embora que por meios legais a Língua Brasileira de Sinais, seja reconhecida e possui *status* de língua. "É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados". (BRASIL, 2002, art. 1º)

O fato de existirem ainda preconceitos em relação a Libras ocasiona-se outra dificuldade para o surdo, que agora não luta mais pelo direito de se comunicar em sua língua materna, mas para que a Libras seja valorizada e entendida pela população brasileira, e esse fator deve ser considerado principalmente na família que tem um papel fundamental na aquisição de uma língua materna e na escola, pois é lá que muitas vezes o surdo é cobrado em Língua Portuguesa como se fosse a sua língua materna.

A língua de sinais que usamos entre nós, sendo uma imagem fiel do objeto expresso, é singularmente apropriada para tornar nossas idéias acuradas e para ampliar nossa compreensão, obrigando-nos a adquirir o hábito da observação e análise constantes. Essa língua é vívida; retrata sentimentos e desenvolve a imaginação. Nenhuma outra língua é mais adequada para transmitir emoções fortes e intensas. (SACKS, 1998, p. 33).

Percebe-se que é de suma importância, priorizar a língua materna e levá-la para sala de aula, e principalmente reconhecer a Libras como a primeira língua do surdo. Hoje já são muitos os estudos realizados no Brasil em relação à variação linguística e a importância de educar em língua materna, portanto ainda são poucos os estudos relacionados à língua materna dos surdos, que já é secularmente negligenciada pela sociedade, e o surdo acaba sendo excluído no que diz respeito a educação formal, até porque, as discussões de língua materna, se referem a aquisição da língua por intermédio dos pais, mas na realidade do sujeito surdo essa responsabilidade passa na maioria das vezes para outrem, pois os pais muitas vezes desconhecem a Libras.

Com base nessa premissa de educação materna, é imprescindível rever o papel da língua portuguesa para a educação de surdos, sabe-se que a língua vernácula do país é de fundamental importância para todos, porém é injusto e desumano cobrar-lá do surdo como se fosse a sua primeira língua. Necessitando que a sociedade de modo geral se conscientize e passe a respeitá-la, pois embora a Libras seja utilizada por uma minoria, todos os cidadãos brasileiros devem conhecê-la, até porque é uma língua oficial em nosso país.

A perda de uma língua é algo irremediável para a cultura, identidade e sobrevivência de um povo. É um golpe fatal na memória, autoestima e no direito de se afirmar como nação. Mas tem sido uma realidade para muitas etnias. Ano após ano, milhões de pessoas em todo o mundo são impedidas de pensar em sua língua materna, de usá-la no cotidiano. (ROMANI, 2009, s/ p.)

Sabe-se que a Libras é constituída, de uma estrutura gramatical própria, porém uma crença ainda muito forte na sociedade ouvintista, é o fato de acreditarem que a língua de sinal não passa de mímicas e pantomimas. Entretanto, torna-se necessário a divulgação para que as pessoas compreendam a sua gramática que contém: semântica, sintaxe, morfologia e fonologia que constitui os elementos básicos na construção e formação dos sinais, tais como os cinco parâmetros que são: configuração de mão, expressão facial/corporal, movimento, ponto de articulação e direcionalidade/orientação da mão, e ainda existe uma variação linguística característica de cada região, tornando-se assim uma língua completa, e que desperta muitas sensações, por ser uma língua vivida, que precisa transparecer de forma real toda a emoção da mensagem ao qual se quer transmitir.

Todo falante dispõe de suficiente competência linguística em sua língua materna para produzir sentenças bem formuladas e comunicar-se com eficiência. (...) Temos que levar em conta, porém, que o uso da língua, assim como quaisquer outras ações do homem como ser social, depende das normas que determinam o que é um comportamento socialmente aceitável. (BORTONI e MARIS, 2004 p.75).

Deve-se então refletir sobre a aceitação da diversidade em nosso país, sabe-se que o preconceito e a discriminação em relação a pessoas com deficiência,

ainda são gritantes em nossa sociedade, pois muitos são vistos por uma ótica assistencialista, na qual vê-se aqueles que não se enquadram nos padrões estabelecidos pela sociedade como coitadinhos que não são capazes de se desenvolverem de forma integral, e que quando se trata em romper com estereótipos que já constituem a cultura de um país há séculos, é uma questão muito difícil, porém faz-se necessário que se inicie a conscientização para que se respeitem as necessidades e individualidades de cada deficiência. E só quando a sociedade brasileira passar a aceitar a Libras como uma língua, o surdo estará de fato incluído socialmente.

Contudo cabe ainda uma reflexão a cerca da educação do país, pois como a própria Constituição da República Federativa do Brasil já sustenta, “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (art. 205, p.58), então torna-se indispensável que o surdo receba uma educação escolar em sua língua materna. Precisamos então, estar de fato preparados para aceitar as diferenças e promover a inclusão, refletindo sobre uma educação igualitária e que priorize os alunos respeitando-os e trabalhando com o que é significativo para cada um.

A Libras tem *status* próprio de uma língua devendo ser entendida, respeitada e valorizada como um patrimônio social, histórico e cultural da comunidade surda, e que deve ser reconhecida como tal em todo território nacional. Contudo, não é bem assim que acontece na sociedade atual, sabe-se que ainda existem várias barreiras a serem rompidas, principalmente no que se refere a rescindir com preconceitos e estereótipos, bem como divulgá-la.

Ao relacionarmos a tríade entre Libras, Língua Portuguesa e sujeito surdo, surgem várias inquietações, e que muitas vezes se transformam em angústias, pois são muitas implicações decorrentes da junção entre a língua materna do sujeito surdo e a língua vernácula de seu país, que possuem particularidades diferentes, a mesma coisa ocorre quando o indivíduo ouvinte se apropria da Libras, isso se dá pelo fato de serem línguas com estruturas distintas e que muitas vezes não são assimiladas com propriedade, pois trata-se da aquisição de uma segunda língua. Tornando assim um processo que necessita de constante reflexão para que seja efetivado de forma concreta e consiga atingir o objetivo maior que é a igualdade de condição para o sujeito surdo.

3.3. Relação família-escola

Nós seres humanos já nascemos com necessidade de comunicação, mesmo quando não dispomos da linguagem procuramos meios para nos comunicar, ainda bebês utilizamos o choro para externar algo do qual temos vontade. Desde a gestação, as mães na maioria das vezes iniciam um diálogo com os filhos, ficando evidente a necessidade de comunicar-se.

Porém, se esse filho for surdo muitas vezes a realidade é diferente, por não haver esse incentivo que se dá através da audição, pois as famílias não se preparam para essa realidade.

Quando os pais ouvintes têm um filho surdo, eles têm de tomar uma decisão: escolher, pelo menos inicialmente, a modalidade de língua que o filho usará – audioverbal ou visuomaneal. Embora exista, em um primeiro momento, o caráter de escolha, nada garante que a opção dos pais (ou do profissional) correspondera à opção futura do filho. (SANTANA. 2007. p 26).

A família sem dúvida é a instituição de maior responsabilidade em relação a aquisição da linguagem, mas como esse processo acontece em lares de ouvintes em que nasce um surdo?

É importante refletir sobre essa relação, pois as pessoas não se preparam para ter filhos deficientes, e quando isso torna-se uma realidade, primeiramente vem o impacto por não estarem esperando por isso, e depois a falta de informação irá dificultar o processo de educação, o que torna-se preocupante, visto que a comunicação é de extrema importância na vida de qualquer indivíduo.

Mas, para que os pais desenvolvam essa comunicação faz-se necessário que obtenham orientações precoces sobre todos os aspectos que envolvem a surdez, a fim de trabalharem questões de ordem práticas, emocionais e educacionais.

Sacks (1998, p. 86) acrescenta outra distinção, ao afirmar que

(...) a diferença entre as línguas faladas mais diversas é pequena em comparação com a diferença entre a fala e a língua de sinais. Esta última difere nas origens e no modo biológico. Os processos de pensamento das pessoas que se comunicam por sinais, conferindo a elas um estilo cognitivo hipervisual, único e intraduzível.

A língua de sinal é a língua natural do sujeito surdo, dando-lhe condições plena de comunicação, contudo partindo de um princípio no qual define como língua materna, aquela que é ensinada em casa e mais especificamente pela mãe, pois é a figura que desenvolve um maior papel na educação dos filhos, por isso a terminologia 'língua materna', torna-se difícil esse processo de aquisição da língua de sinais, que muitas vezes é uma língua que a mãe desconhece. Então quem passa a ser responsável por esse processo fundamental na vida de qualquer indivíduo? Muitas vezes a escola, ou outras instituições acabam desempenhando essa função, sendo assim essa etapa essencial na vida de todos os indivíduos está fragmentada e/ou ocorre em atraso na maioria das vezes.

É com o desenvolvimento linguístico do indivíduo que se torna possível o conhecimento do mundo, a troca de experiências, a aquisição da noção de tempo e de espaço, a introjeção de valores e de normas sociais. Ou seja, a linguagem é fundamental para o desenvolvimento emocional, social, cognitivo e intelectual do indivíduo. (LUZ, 2003, p. 05)

Sem dúvida a aquisição da Libras ainda no ambiente familiar irá facilitar o processo de educação dos surdos, no entanto essa não é a realidade encontrada na maioria dos casos, pois muitos surdos não adquirem a linguagem em tempo hábil, já que os pais não são usuários da mesma e que na maioria das vezes consideram ser responsabilidade apenas da escola ensinar a língua. "A língua de sinais é uma concepção nova da linguagem, da biologia e da cultura, reafirmando também que o abade Sicard está correto, além de ser poético, quando escreve que a introdução da língua de sinais abre as portas da inteligência pela primeira vez". (SACKS, 1998, p. 33).

A escola assume assim uma grande responsabilidade, pois necessita acolher essa língua natural desses sujeitos e trabalhá-la em todos os âmbitos educacionais a fim de minimizar os preconceitos e estereótipos existentes no

contexto social, devendo ter a preocupação com o currículo escolar, pois o mesmo deve está voltado para uma proposta inclusiva a qual todos tenham o direito e acesso a aprendizagem. Sacks (1998, p. 129-130):

Ser surdo, nascer surdo, coloca a pessoa numa situação extraordinária; expõe o indivíduo a uma série de possibilidades linguísticas e, portanto, a uma série de possibilidades intelectuais e culturais que nós, outros, como falantes nativos num mundo de falantes, não podemos sequer começar a imaginar. Não somos privados nem desafiados linguisticamente como os surdos: jamais corremos o risco da ausência de uma língua, da grave incompetência linguística, mas também não descobrimos, ou criamos uma língua surpreendentemente nova.

Sabe-se que não devemos apenas inserir os alunos surdos na escola sem fazer uma adaptação do ambiente escolar, do currículo, dos métodos e práticas pedagógicas, e ainda se faz necessário um atendimento educacional especializado, para complementar a escolarização, a fim de suprir as necessidades individuais dos educandos para que de fato eles se sintam incluídos no processo educacional.

Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos, mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades. (UNESCO, 1994 p. 12)

A tradução para a inclusão escolar, muitas vezes se pauta na oferta e garantia de vagas, porém acaba fugindo de seu principal objetivo, oportunizar a participação plena de educandos com deficiência no contexto educacional, sendo assim é necessário uma educação pautada na aceitação das diferenças e preparada para atender as necessidades educacionais dos educandos com deficiência.

Nessa premissa existem vários fatores que devem ser discutidos, um deles é a alfabetização de surdos, que deve levar em consideração que os mesmo estarão adquirindo uma segunda língua, e torna-se assim um grande desafio para o professor, uma vez que o mesmo deverá ter pelo menos um conhecimento mínimo

sobre a Libras, para que assim consiga trabalhar com estratégias metodológicas adequadas e perceba os melhores meios de avaliar.

É imprescindível pensar em um ensino diferenciado para os alunos surdos, sendo que essa proposta diferenciada jamais deve ser confundida como um ato discriminatório, mas sim compreender o indivíduo surdo na íntegra, reconhecendo as particularidades e necessidades de adaptação que a deficiência apresenta. Para Quadros, 1997:

[...] pensar sobre a surdez requer penetrar “no mundo dos surdos” e “ouvir” as mãos que, com alguns movimentos, nos dizem o que fazer para tornar possível o contato entre os mundos envolvidos, requer conhecer a “língua de sinais”. Permita-se —ouvir essas mãos, pois somente assim será possível mostrar aos surdos como eles podem —ouvir o silêncio da palavra escrita. (p. 119)

Entretanto o professor precisa antes de tudo conhecer Libras e entender o surdo em sua cultura e características próprias de um grupo social, considerando questões de aceitação, identidade e alteridade, para assim realizar um trabalho que se aproxime do educando sendo significativo e proveitoso, trazendo resultados reais e satisfatórios no que se refere aos processos de ensino e aprendizagem e respeito mútuo.

Sendo necessário compreender que o surdo se utiliza do visual para apreensão do mundo ao seu redor, e nessa premissa o professor deve se apropriar de práticas educativas que facilitam esse processo, trabalhando com materiais concretos e que sirvam de apoio para a apropriação dos conteúdos escolares.

Contudo faz-se necessário a parceria entre família e escola para que se tenha resultados significativos nesse processo de desenvolvimento, investimento em formação continuada e específica para os profissionais da educação, para que tenham maiores subsídios para desenvolver um bom trabalho com os alunos e orientar as famílias. Entendendo que o sentido de uma escola inclusiva ultrapassa o fato ter alunos deficientes matriculados em uma escola, pois é necessário pensar em uma aprendizagem escolar de forma igualitária e de qualidade, atendendo as particularidades e necessidades dos educandos, porém tornando-se imprescindível

para um bom desenvolvimento da proposta inclusiva a ruptura de velhos conceitos e o engajamento de todos no processo educacional.

Com base nas discussões supracitadas, percebe-se que a educação em língua materna – Libras, além de ser um direito oferecido por lei, passa a ser um instrumento essencial no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo, visto que oferece possibilidades reais de compreender e apreender o mundo ao seu redor, trazendo a comunicação e conseqüentemente acesso a educação, informação e aprendizagem, ajudando-o em seu desenvolvimento pessoal e escolar.

A principal ação de inclusão desses sujeitos se dá pela divulgação da Libras nas salas de aulas para todos os alunos, e pelo curso de Libras que é oferecido pela própria escola para os pais, funcionário e comunidade em geral, com o auxílio de um surdo que desempenha a função de instrutor de Libras - funcionário da escola que também auxilia nesse processo de aquisição da Libras com os alunos surdos, no qual possuem um horário específico para esse atendimento, da professora da sala de recursos multifuncionais que desempenha o atendimento educacional especializada com os surdos e das intérpretes da escola.

Ficou eminente, durante toda esta pesquisa de revisão bibliográfica que, todos os sujeitos da Comunidade Surda adquiriram a sua linguagem natural em casa através de gestos, contudo ao que se refere a língua materna-Libras, que é o objetivo maior dessa pesquisa, aprenderam por intermédio da escola, e por volta dos seis a oito anos de idade.

Estudos de Piaget (1896 - 1980) comprovam que o período de dois a sete anos de idade é de suma importância no desenvolvimento da linguagem da criança, o que nos remete uma reflexão, visto que no caso destes alunos surdos este desenvolvimento inicia-se de forma tardia, pois embora utilizem uma linguagem gestual em casa, esta não se caracteriza como a sua língua materna.

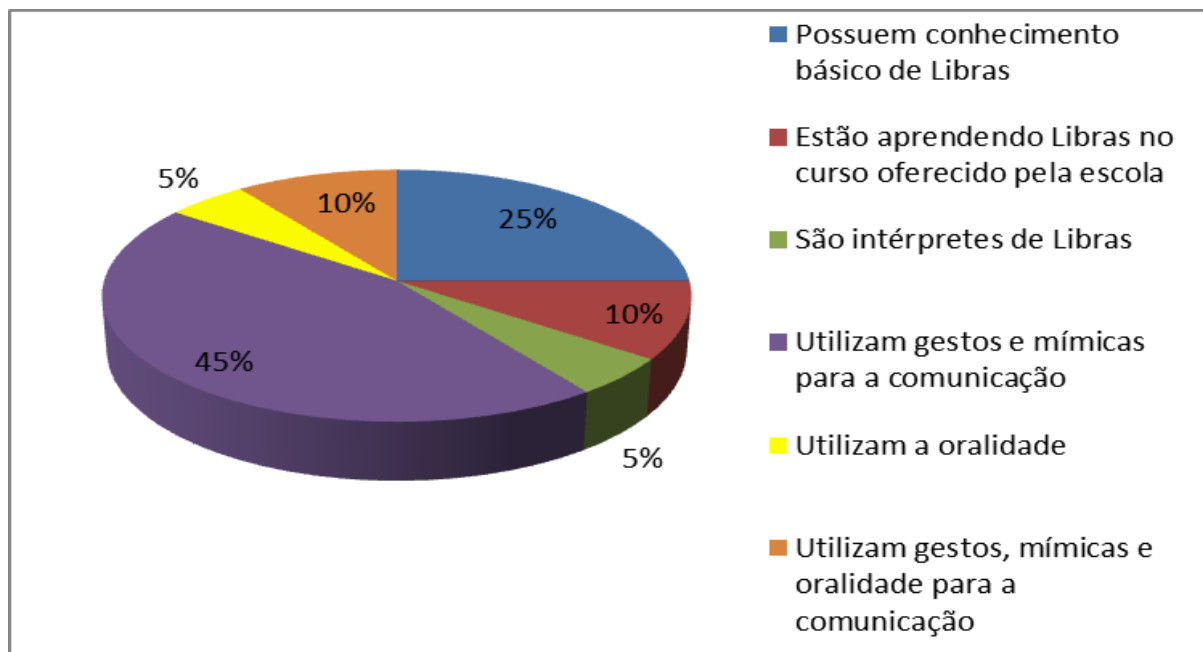
Outro fator é que os pais em sua maioria optam pela oralidade como o recurso inicial na aquisição da fala, procurando auxílio da escola para que os mesmos aprendam a Libras quando aos seis/sete anos ainda não adquiriram a linguagem, pois percebem que o processo de oralização é lento, e que a maioria dos surdos observados nesta pesquisa não conseguiram se adaptar.

Marostega e Santos (2006, p 05) no seu artigo conclui:

Após termos constatado que os pais ainda apresentam em seus discursos o olhar clínico-terapêutico da surdez, acreditamos ser de extrema importância problematizar as práticas discursivas que buscam naturalizar a questão da diferença, a fim de desconstruir a representação da normalização. Através de discursos que tratem a surdez sob o prisma da diferença, será possível essa descristalização. O surdo, através deste prisma, é visto como diferente, política e culturalmente, nem melhor, nem pior, apenas diferente. Ele não precisa se igualar ao ouvinte, pois a diferença existe.

Contudo, quando os pais percebem essa diferença e começam a aceitá-la, notam que a que a língua de sinal faz toda a diferença na educação de seus filhos surdos. Despertando neles também o desejo de aprenderem para se comunicar de forma plena com os filhos.

No entanto a realidade é que ainda em muitas famílias a comunicação em Libras não é concretizada. Fato este constatado na pesquisa na qual demonstraremos abaixo através de um gráfico - vale salientar que em cada casa escolhemos uma figura representativa, todavia apenas um familiar dos alunos foram contabilizados.



Forma de comunicação utilizada pela família

Nessa premissa percebe-se que a escola desempenha um papel fundamental na aquisição da língua para os alunos surdos, e fica evidente que o

contato com o instrutor surdo proporciona um avanço significativo nesse processo, o que nos remete fazer referência a uma fala de Piaget, (1967)

(...) a linguagem transmite ao indivíduo um sistema todo preparado de noções, de classificações, de relações, enfim, um potencial inesgotável de conceitos que se reconstróem em cada indivíduo, apoiados no modelo multissecular já elaborado pelas gerações anteriores. (PIAGET, 1967, p. 170)

Esse convívio com um surdo adulto faz toda a diferença no processo de aceitação e assimilação da língua.

Outro fato que se evidencia é que as crianças cujos pais possuem conhecimento em Libras, têm uma compreensão de mundo maior e conseqüentemente uma melhor assimilação da Língua Portuguesa no que se refere à leitura/interpretação textual e a escrita, pois como sustenta Freire (1988) “a leitura do mundo precede a leitura da palavra (...)”.

Entretanto, cabe-nos também ressaltar que a escola enfrenta inúmeros desafios no que se refere à aquisição da segunda língua para os alunos surdos, mostrando-nos que muito ainda há de ser feito para que a educação seja de fato inclusiva. “E nessa história, a pergunta pela educação se volta a nós mesmos para nos obrigar a olhar bem. Olhar melhor nossa pergunta, pois toda pergunta pode ser também um abandono, uma obstinação, ou então um cruel convite à sinceridade”. (SKLIAR, 2003, p. 195)

Os índices de reprovação dos surdos são altíssimos, e isso se dá pelo fato de possuírem um vocabulário restrito de palavras em relação a escrita, o que os impossibilitam muitas vezes nas produções textuais, e também por muitas vezes não interpretarem o que leem, e mesmo que esse fato seja preocupante vemos que a escola não tem desenvolvido nenhuma atividade coletiva para mudar essa realidade. Evidenciando também preocupação em massa dos professores no que se refere a como vão preparar os alunos si eles mesmos não foram preparados. Necessitando assim de mais capacitações e que sejam contemplando estudos dirigidos para esses profissionais e que o Projeto Político Pedagógico viabilize atividades acadêmicas que efetivem a inclusão desses sujeitos em todos os aspectos. “Porque, se o outro

não estivesse aí – e ali, e aqui –, nossas pedagogias não nos deixariam vibrar com o outro”. (SKLIAR, 2003, p. 209)

Entretanto, percebe-se que torna-se indispensável que os surdos aprendam a Língua Portuguesa, visto que os mesmos estão inseridos em um contexto social que está além da comunidade surda, são cidadãos brasileiros e a língua oficial de seu país é a língua portuguesa, porém o surdo deve ser respeitado enquanto sujeito no qual a sua língua materna é a Libras.

Sabe-se da importância do surdo apreende o Português, mas a escola precisa compreender a importância da língua de sinais para o mesmo, visto que apreendem o mundo de maneira visual e que possuem características próprias enquanto indivíduo pertencente a um grupo social com cultura e identidade particulares - a comunidade surda.

No entanto, devemos pensar que a educação que respeite o outro em suas particularidades não só é possível, como emerge por ser concretizada e esse conceito deve partir de todos os envolvidos deste processo, pois como já nos orienta Freire, “ensinar exige a convicção de que a mudança é possível” (1996, p.76). Sendo assim, tanto os pais, a escola e a comunidade em geral deve conhecer e respeitar a libras para que de fato o surdo seja incluído socialmente como já lhe é de direito.

Com base nas discussões supracitadas percebemos a importância de divulgar e valorizar a Língua Brasileira de Sinais, bem como a reconhecê-la como língua materna do surdo, e que deve ser inserida nas escolas, para que seus direitos, que já são reconhecidos por lei, sejam realmente cumpridos.

Reconhece-se também o importante papel da família e da escola para a aquisição da mesma, sendo necessário por fim que a família inicie esse processo assim como ocorre com os ouvintes, e que trabalhe em parceria com a escola, a fim de promover o desenvolvimento integral do sujeito surdo em seu tempo hábil, levando em consideração não apenas as suas particularidades individuais, mas assegurando o direito e o acesso a comunicação desde a tenra idade.

Sabe-se que uma língua significa muito mais do que comunicação, representa um povo, tornando-se parte constituinte e fundamental na construção de identidade, cultura e história, sendo assim símbolo de orgulho da comunidade que

se expressa através da mesma. No entanto, com os surdos essa questão passa a ser ainda mais predominante, pois representa também luta e resistência, já que passaram muito tempo impedidos de se comunicarem através de sua língua materna, e que depois de muitos séculos continuam lutando para que essa língua seja reconhecida e valorizada por todos.

Seja na família, na sociedade ou na escola, enfim todos devem se preocupar com o desenvolvimento integral dos sujeitos surdos, respeitando seus valores culturais e sua identidade, e promovendo a sua inserção plena no contexto social, estando assim promovendo a alteridade, e propagando a construção de um mundo mais justo e digno.

Precisa-se reconhecer o verdadeiro papel de uma sociedade igualitária, onde a diversidade sirva para somar valores, e não como um meio para segregação e discriminação. É nesse sentido que a proposta de educação em língua materna vem contribuir como o principal meio de aprendizagem para os educandos surdos, e para que os mesmos não se sintam a margem do processo educacional.

É importante consideramos que a educação brasileira precisa superar a exclusão que ocorre dentro das escolas e garantir uma educação de qualidade para todos, pois já existem suportes legais o suficiente para que isso aconteça, contudo faz-se necessário que as pessoas se conscientizem e promovam práticas que favorecem a inclusão e a aceitação do outro, precisamos romper com os estereótipos que só gera preconceito e discriminação, reconhecendo que ser diferente não significa ser anormal.

Contudo, precisamos refletir sobre o histórico de opressão e exclusão que os surdos passaram e passam em nosso país, pois ainda possuem uma língua pouco conhecida e apreciada, e muitas vezes ficam a margem da sociedade justamente pelo fato de não serem compreendidos.

Enfim, reconhecer a Libras é acima de tudo aceitar cidadãos brasileiros que muitas vezes são esquecidos, e que se sentem como estrangeiros em seu próprio país – os surdos. Ao analisar essas questões estaremos contribuindo com a ruptura de estereótipos e colaborando para que o Brasil se torne um país mais justo onde todos tenham o direito de exercer a sua cidadania sem restrições. Valorizar a Libras é reconhecer a variação linguística em nosso país, minimizar o preconceito e acima

de tudo compreender o indivíduo surdo. Percebê-lo não com uma visão estereotipada pela sociedade na qual exige que todas as pessoas sigam um padrão que é considerado como normalidade, e sim como sujeito ativo e participativo da sua própria história e que através da sua língua materna pode transmitir mensagens que não podem ser ouvidas, mas que podem ser vistas e sentidas, despertando as mais diferentes sensações e emoções que só essa língua possui.

4 AQUISIÇÃO DE UMA SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS

A aquisição de Libras pelo aluno surdo envolve um processo de aprendizado e desenvolvimento linguístico, semelhante à aquisição de qualquer outra língua. Aqui estão alguns aspectos que podem influenciar a aquisição de Libras pelo aluno surdo:

A exposição regular à língua de sinais é fundamental para a aquisição. Quanto mais o aluno surdo estiver imerso em um ambiente em que a Libras é usada naturalmente, maior será a oportunidade de desenvolver habilidades linguísticas nessa língua.

É importante que o aluno surdo tenha acesso a um ambiente linguístico adequado, onde a Libras seja valorizada e utilizada como língua de instrução e comunicação. Isso pode ocorrer em escolas bilíngues de surdos, onde a Libras é a língua de instrução principal.

O contato regular e a interação com usuários fluentes de Libras são fundamentais para a aquisição da língua. Essas interações proporcionam modelos linguísticos consistentes, permitindo que o aluno surdo observe e pratique a língua de forma mais efetiva.

A aquisição de Libras envolve prática ativa e engajamento por parte do aluno surdo. Através de situações comunicativas, participação em atividades, discussões e uso constante da língua de sinais, o aluno aprimora suas habilidades e desenvolve proficiência em Libras.

Disponibilidade de materiais educacionais adaptados e recursos visuais que apoiam a aprendizagem da Libras podem ser benéficos para o aluno surdo. Livros, vídeos, aplicativos e outros recursos que apresentam conteúdo em Libras ajudam no enriquecimento do vocabulário e na compreensão da estrutura linguística.

Professores qualificados e experientes no ensino de Libras desempenham um papel importante no apoio ao processo de aquisição da língua pelo aluno surdo. Eles podem fornecer orientação, feedback e atividades adequadas para promover o desenvolvimento linguístico.

É importante lembrar que cada aluno surdo tem seu próprio ritmo de aprendizado e que a aquisição da Libras pode variar de pessoa para pessoa. O

apoio contínuo e uma abordagem pedagógica sensível às necessidades individuais do aluno surdo são essenciais para promover uma aquisição bem-sucedida da Libras.

4.1. Libras como L2, para ouvintes

A aquisição de Libras por um aluno ouvinte, que não é deficiência auditiva ou surdez, é possível e pode ser um processo enriquecedor. Aqui estão alguns pontos a serem considerados na aquisição de Libras por um aluno ouvinte:

Logo, como em qualquer processo de aprendizado de uma nova língua, a exposição à Libras é fundamental. O aluno ouvinte precisa ter a oportunidade de entrar em contato regular com a língua e observar seu uso natural em situações de comunicação.

O aluno ouvinte pode se matricular em cursos de Libras oferecidos por escolas, instituições ou comunidades que ensinam a língua. Esses cursos podem ser estruturados para atender às necessidades dos alunos ouvintes e geralmente incluem aspectos linguísticos, culturais e práticos da Libras.

É importante que o aluno ouvinte tenha a oportunidade de interagir com usuários fluentes de Libras. Isso pode ocorrer por meio de encontros em grupos de estudo, eventos culturais, atividades comunitárias ou por meio de parcerias com surdos que utilizam a Libras como língua principal.

Assim como qualquer língua, a aquisição de Libras requer prática ativa. O aluno ouvinte deve se envolver em situações comunicativas em Libras, participar de diálogos, realizar exercícios de expressão e compreensão, e buscar oportunidades de uso da língua no cotidiano.

Além de aprender a língua, o aluno ouvinte também pode se envolver na cultura surda. Isso envolve compreender e apreciar as experiências, perspectivas e identidade cultural dos surdos. Participar de eventos, assistir a apresentações artísticas, ler literatura surda e se envolver em atividades da comunidade surda podem ajudar a aprofundar a compreensão e o respeito pela cultura surda.

É fundamental que o aluno ouvinte aborde a aprendizagem de Libras com sensibilidade e respeito à comunidade surda. Isso envolve reconhecer a língua de sinais como uma língua legítima, estar aberto a aprender sobre a cultura surda e evitar atitudes discriminatórias ou condescendentes.

É importante notar que a aquisição de Libras por um aluno ouvinte pode ser um processo desafiador e demandar dedicação e prática contínua. A interação com a comunidade surda e a imersão na língua e cultura são fatores essenciais para uma aquisição bem-sucedida da Libras por parte de um aluno ouvinte.

4.2. Português como L2 para surdos

O ensino de Português como segunda língua (L2) para surdos requer uma abordagem específica que leve em consideração as necessidades e características linguísticas dos alunos surdos. Aqui estão algumas estratégias e considerações importantes para ensinar Português como L2 para surdos:

É fundamental que o professor tenha um bom conhecimento da língua de sinais utilizada pelos alunos surdos, como a Libras (Língua Brasileira de Sinais). Isso permite uma comunicação efetiva e compreensão das necessidades linguísticas dos alunos.

O professor deve estar ciente das diferenças entre a língua de sinais e a língua oral, incluindo aspectos gramaticais, sintáticos e fonológicos. Isso ajuda a identificar os desafios específicos que os alunos surdos podem enfrentar ao aprender a segunda língua.

Os recursos visuais devem ser amplamente utilizados no ensino de Português como L2 para surdos. Isso pode incluir o uso de imagens, vídeos, gráficos e outros recursos visuais para facilitar a compreensão e a aprendizagem do conteúdo.

O ensino deve priorizar a comunicação efetiva em Português, enfatizando a compreensão e a produção de mensagens claras e significativas. O foco deve ser em situações de comunicação reais e relevantes para os alunos surdos.

O ensino deve ser contextualizado e aplicado a situações do cotidiano dos alunos. Isso ajuda a tornar o aprendizado mais relevante e significativo, incentivando os alunos a usar o Português em situações práticas.

O ensino deve ser ainda, inclusivo, considerando as diferentes necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos surdos. Recursos visuais, tecnologia assistiva e estratégias diferenciadas podem ser usados para adaptar o ensino e garantir o engajamento e a participação de todos os alunos.

Materiais didáticos adaptados, como livros, exercícios e recursos online, podem ser utilizados para auxiliar no ensino do Português como L2 para surdos. Esses materiais devem ser visualmente acessíveis e apresentar conteúdo relevante para os alunos surdos.

Se possível, a colaboração com intérpretes de língua de sinais pode ser benéfica no contexto da sala de aula, facilitando a comunicação e a compreensão entre o professor e os alunos surdos.

É importante destacar que cada aluno surdo é único e pode ter necessidades e habilidades linguísticas diferentes. Portanto, é essencial que o ensino seja adaptado às necessidades individuais dos alunos, levando em consideração seu nível de proficiência em Português e a língua de sinais, além de considerar suas preferências e estilos de aprendizagem. A colaboração entre professores, especialistas em educação de surdos e a comunidade surda também é valiosa para o desenvolvimento de estratégias eficazes de ensino de Português como L2 para surdos.

4.3. O ensino de libras na EMEIF Bilingue de Porto Velho



Foto da fachada da EMEIF Bilingue de Porto Velho

Fonte: Rute Barboza dos Santos

Em Porto Velho, desde 2013, a educação de surdos acontece na Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Bilingue de Porto Velho e está localizada na Rua Litorânea, nº 4898, no Flodoaldo Pontes Pinto, recebendo matrículas anuais de crianças surdas, prioritariamente surdas ou com deficiência auditiva, do pré-escolar ao 5º ano do ensino fundamental; e, é mantida pela Prefeitura de Porto Velho.



Foto do interior da EMEIF Bilingue de Porto Velho

Fonte: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/22636/inclusao-escola-bilingue-de-porto-velho-esta-com-matriculas-abertas>

A EMEIF Bilingue de Porto Velho - pioneira e única em Rondônia, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho-SEMED-PVH, em

consulta feita no fim do ano 2022, a EMEIF Bilingue de Porto Velho possui 156 alunos matriculados, sendo 37% surdos e outros 63% ouvintes e com um corpo docente de 13 professores especialistas em educação de surdos na perspectiva da educação inclusiva e serviços de atendimento educacional especializado em surdez.



Foto de uma sala de aula da EMEIF Bilingue de Porto Velho

Fonte: <https://www.rondoniadinamica.com/noticias/2022/11/escola-bilingue-de-porto-velho-promove-a-educacao-inclusiva-por-meio-da-linguagem-brasileira-de-sinais,146192.shtml>

A metodologia adotada é a proposta pela pedagogia bilíngue, garantindo ao aluno surdo e ao ouvinte um espaço inclusivo que respeita as diferenças individuais e coletivas dos educandos, promovendo constantemente a orientação de pais, familiares diversos, amigos e interessados em geral nas questões que envolvem a identidade, a história e a cultura dos povos surdos portovelhenses.



Formação continuada de docentes e estudos junto aos pais e amigos!

Fonte: Rute Barboza da Silva

Concernente aos demais serviços prestados à Comunidade, a EMEIF Bilingue de Porto Velho trabalha com a estimulação precoce, permitindo que as crianças surdas cheguem aquele Espaço, não somente, com surdez, mas acometidas por outras limitações ou deficiências.



Foto de um aluno surdo com deficiência física matriculado na EMEIF Bilingue de Porto Velho

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora Kátia Cilene

A EMEIF Bilingue de Porto Velho atende em sistema regular e realiza o Atendimento Educacional Especializado-AEE no contra-turno para aquelas crianças com algum grau de surdez ou algum de deficiência diversa, podendo ser feita uma duplicidade de matrícula para quebrar as barreiras linguísticas e pedagógicas que interferem na inclusão escolar dos alunos com surdez.

Ela também se sustenta nas premissas do Plano Nacional de Educação-PNE, por meio da Meta 4, que assegura a educação bilíngue para crianças surdas, através de classes ou em escolas bilíngues.

A atual gestão da está sob a gerência da Profa. Ma. Sirléia Araújo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar das diferenças e das deficiências é uma realidade e se caracteriza como um grande avanço na educação brasileira. Mas muitos professores, gestores e demais profissionais da educação quando se deparam com alunos que apresentam surdez, ficam angustiados por não se encontrarem preparados para interagir com esses alunos e a aprendizagem fica fragmentada, cheia de ruídos. Qualquer tentativa que venha promover uma real inclusão socioeducativa é positiva para os surdos no ambiente escolar.

A proposta pedagógica da EMEIF Bilingue de Porto Velho, tenta oferecer uma real inclusão educacional desses sujeitos, garantindo-lhes o acesso e a permanência escolar, sempre atenta ao currículo escolar, no mesmo tempo e com a mesma qualidade que é garantido aos ouvintes. Embora inúmeras dificuldades sejam detectadas para a execução do trabalho a ser desenvolvido como: falta de recursos pedagógicos adaptados aos alunos com surdez, mais formação continuada aos profissionais da escola, falta de interesse por parte de alguns profissionais pelo desconhecimento do assunto, entre outros.

Em um âmbito mais geral, muitos professores se sentem despreparado para lidar com surdos e deficientes auditivos por falta de uma especialização ou conhecimento mínimo em LIBRAS. Geralmente os professores não relacionam as suas dificuldades para ensinar com as dificuldades dos alunos para aprender. Esse

desconhecimento do educador acerca das metodologias específicas e as estratégias didático-metodológicas implica de forma direta na aprendizagem do surdo, embora na EMEIF Bilingue de Porto Velho as práticas exitosas são constantes.

Entretanto, para que os alunos surdos sejam efetivamente inseridos na escola regular e, neste estudo, os objetivos da EMEIF Bilingue de Porto Velho sejam alcançados, são necessárias algumas estratégias como: incentivo e influência mútua entre o grupo; atitudes de aceitação; atividades e materiais variados ao alcance real do aluno; flexibilização dos procedimentos e instrumentos de avaliação; ajuda recíproca e interdisciplinar como trabalho cotidiano, formação continuada dentre outras.

Outro fator importante para que o processo de inclusão do surdo se efetive é que os educadores acreditem que todo gesto, atitude, planejamento, ação e avaliação estão a serviço do aluno e que este pode aprender com tudo, em todos os ritmos e de vários modos, com diversos métodos e com tempo genérico.

Portanto, é correto afirmar que a inclusão do aluno surdo é uma luta que envolve toda a sociedade, depende também de políticas econômicas e sociais, assim o educador, sem apoio desses segmentos, não poderá desempenhar um bom trabalho. E, excepcionalmente, é isso que a realidade apresenta, quando os alunos são inseridos em sala de aula regular, sem nenhum apoio, sem que o educador tenha recebido preparo, a família se omite; e, a criança surda vai apenas figurar na lista de chamada, porém sem apresentar nenhum progresso.

Além de tudo isso, sabe-se que a ausência de processo interativo é algo complicado, levando o aluno surdo a angariar num mundo de afastamento, até que deixa de comparecer à escola, pois para ele não faz sentido estar entre indivíduos que não o percebem e que ele não obtém entender.

Muitos professores arguem essa situação, no entanto, ficam sem respostas e o problema persiste, o que fica evidenciado é que a inclusão não tem sido tratada com prioridade pelo Sistema tornando-se direito de algumas escolas.

Por outro lado, talvez a inclusão sirva para mostrar as ineficiências que a escola possui, demonstrando que as mudanças são necessárias e urgentes e deverão partir de uma total reforma do Sistema, havendo necessidade da conscientização de todos sobre os benefícios advindos dela.

Sabe-se ainda que, a inclusão de pessoas surdas não é uma tarefa fácil, mas que constitui um compromisso ético que visa democratizar a participação de todas as pessoas no processo educacional, num inter-relacionamento que favoreça a troca de experiências, passando a promover a melhoria da qualidade de vida da Comunidade.

Logo, a inclusão socioeducacional da pessoa surda no ensino regular, é muito mais do que criar vagas e ter recursos materiais, é necessário que a escola seja inclusiva, oferecendo igualdade de oportunidade a todos os alunos, respeitando as suas diferenças e limitações.

Há uma necessidade real de capacitação contínua dos professores que atuam diretamente com o aluno surdo e dos demais profissionais da educação que vai além da teoria superficial em Libras que o currículo atual da formação de professores oferece.

Torna-se urgente ainda, a necessidade de professores capacitados e comprometidos com a educação de todos para dar a surdez no ensino a inserção social necessária aos surdos que sofrem as consequências das deficiências advindas dos profissionais da educação.

É necessário utilizar métodos que permitam ao surdo desenvolver e constatar suas competências e habilidades pessoais e profissionais. Se desejamos que o surdo sejam capazes e tenham seus direitos respeitados, precisamos buscar uma formação que nos leve a uma inclusão verdadeira e não apenas ideológica.

A EMEIF Bilingue de Porto Velho é vanguardista quando da sua tentativa de cumprir com sua real função socioeducacional na aprendizagem do educando surdo, de maneira um pouco precária, tendo em vista que é necessário uma participação maior por parte daqueles que são responsáveis para que a proposta do projeto seja executada e que promova a real inclusão.

REFERÊNCIAS

ALBRES, N. A. Processos de produção e legitimação de saberes para o currículo de pós em libras na formação de intérpretes. para uma especialização? In: **Anais do Congresso de Tradutores intérpretes de Língua de sinais – UFSC**. Novembro de 2010. Disponível em:

<http://www.congressotils.cce.ufsc.br/pdf/Neiva20de20Aquino20Albres.pdf>. Acesso em 28 janeiro de 2022.

BORTONI, R.; MARIS, S. **Educação em Língua Materna: a sociolinguística em sala de aula**. São Paulo: Parábola Editoria, 2004.

BRASIL Constituição da República Federativa do Brasil (1988) – 31. Ed. Brasília: Edições Câmara, 2009.

BRASIL. **Decreto n 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.presidencia.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 28 janeiro de 2022.

BRASIL. **Documento sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei 10.436 de 2002**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 18 janeiro de 2022.

BRASIL. Lei de **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96 - Brasília: MEC/SEF, 1996

BRASIL. **Lei n 10.436, de 24 de abril de 2002**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/ccivil/leis2002/L10436.htm>. Acesso em 28 janeiro de 2008.

CAPOVILLA, F. C., & RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira** (3a ed., Vol. II: sinais de M a Z). São Paulo, SP: Edusp, 2008;

FELIPE, T. A. **Libras em contexto: curso básico**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Walprint Gráfica e Editora, 2009.

FORMAGIO, C. L.S. Práticas pedagógicas do ensino de português como segunda língua para alunos surdos no ensino fundamental. In: LACERDA, C.B.F.; SANTOS, L.F.; MARTINS, V.R.O. (Org.). **Escola e Diferença: caminhos para educação bilíngue de surdos**. 1ed. São Carlos: EdUFSCar, 2016, v.1, p. 169-241. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/19642.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

FREIRE, P. **Pedagógica da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?:** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HUÉ, C. G. **Bienestar docente y pensamiento emocional.** Madrid: Wolters Kluwer, 2008.

KARNOPP, L.B.; KLEIN, M. **Narrativas de professoras sobre a(s) língua(s) na educação de surdos.** Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/6650/3967>. Acesso em: 30 de julho de 2016.

KEZIO, G. F. L.. **Oralismo, comunicação total e bilinguismo: propostas educacionais e o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita de surdos.** Disponível em https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53115/1/2016_art_gflkesio2.pdf. Consultado em 16 de maio de 2022.

KRAEMER, G. M., LOPES, L. B., & ZILIO, V. M. (2020). Formação docente e educação de surdos no Brasil: desafios para uma proposta educacional bilíngue.

Revista Educação Especial, 33, e28/ 1–17. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X40063>. Consultado em 16 de setembro de 2022.

KUBASKI, C; MORAES, V. P. **O Bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas**. IX Congresso Nacional de Educação. EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3115_1541.pdf. Acesso em: 27 de maio de 2016.

LE BOTERF, G. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LIMA, V. **A inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares da rede pública de educação**: uma questão linguística. Disponível em: http://editora-arara-azul.com.br/portal/media/k2/attachments/volume7daseriell_veronicalima.pdf.

Acessado em: 30 de abril de /2022.

LUZ, R. D. Violência Psíquica e Surdez – **Os Caminhos de um (des)encontro**. **Revista Espaço (Instituto Nacional de Educação de Surdos)**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 03 – 12, Dez. 2003.

MARIN, A. J. (Org.). **Educação Continuada**: Reflexões alternativas. Campinas: Papyrus, 2000.

MAROSTEGA, V. Santos, A. **A influência da comunicação que envolve família-filho-escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem do sujeito surdo.** Santa Maria, 2006. Disponível em <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp>. Acesso em: 09 abr. 2008

MORAIS, J. S. M. **Formação Continua de Professores.** Um estudo. Um roteiro. Coimbra: Almedina. 1990.

MOREIRA, A. .F; SILVA, T. T. (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade.** São Paulo: Cortez, 2002.

MUTTÃO, M. D. R.; LODI, A. C B. Formação de professores e educação de surdos: revisão sistemática de teses e dissertações. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. spe, p. 49–56, 2018.

PAPIM, A. A. P.; DI ROMA, A. F. **Educação em tempos de pandemia: novas fronteiras do ensino e da aprendizagem.** Editora Fi, Porto Alegre, 2021;

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública.** Ática, 2002.

Paz, J. F.; GUTIÉRREZ, N. R. G.. **Tradução e interpretação: o intérprete de sinais na prática educativa** – São Paulo: AgBook, 2013. (Versão bilingüe: português/espanhol);

PIAGET, J. **A Construção do Real**. Editora Ática, 1967.

QUADROS, R. M. de. Aquisição de L2: o contexto da pessoa surda. In: **III Seminário Internacional de Linguística**, 1996, Porto Alegre. Anais do III Seminário Internacional e Linguística. Porto Alegre: Gráfica Epecê, 1999. v. 1.p.67-74. Disponível em: <http://docplayer.com.br/13976510-Aquisicao-de-l2-o-contexto-da-pessoa-surda-i-ronice-muller-de-quadros-ii.html>. Acesso em: 18 de julho de 2022.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

REIS, L. R; ESCADA, P. (1 de novembro de 2016). Presbycusis: do we have a third ear?. **Brazilian Journal of Otorhinolaryngology** (em inglês) (6): 710–714. ISSN 1808-8694. PMC PMC9444720Acessível livremente Verifique |pmc= (ajuda). PMID 27080751. doi:10.1016/j.bjorl.2015.12.006. Consultado em 26 de maio de 2022.

ROMANI, D. Museu da língua de sinais: memória e consolidação da luta dos surdos. **Revista Continente**, a. 9, maio, 2009. Disponível em: <http://www.iteia.org.br/mulisi-museu-da-lingua-de-sinais>>. Acesso em: 10 de julho de 2009.

SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SALLES, H.M.M.L. [et al]. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Brasília: MEC, SEESP, 2004. 2 v. : il.(Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpvol2.pdf>. Acesso em: 08 de julho de 2016.

SANTANA, A. P. **Surdez e Linguagem**; aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo, Plexus, 2007.

SANTOS, F. M. A. **O processo de aprendizagem da escrita do português por surdos: singularidades e estratégias facilitadoras**. Inventário (Universidade Federal da Bahia. Online), v.8, p.1-16, 2011. Disponível em: <http://www.inventario.ufba.br/08/O20processo20de20aprendizagem20corrigido.pdf>. Acesso em 24 de julho de 2022.

SAVINI, D. A nova lei da educação (LDB): trajetória, limites e perspectivas. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. _____ Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro Revista Brasileira de Educação. v. 14 n. 40 jan./abr. 2009 _____. XX – formação de professores. In: Livro: **Interlocuções Pedagógicas**: Entrevista. Entrevista ao Jornal das Ciências – USP de Ribeirão Preto em 2004. Editora Autores Associados, 2010.

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VILHALVA, S. **Pedagogia Surda.** Disponível em:
<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=977>. Acessado em:
02/06/2013.

ILVA, O. M.. **A Epopéia Ignorada:** a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Ed. Cedas, 1986.

SILVA, C. B.. **Cenário Armado, Objetos Situados:** O ensino de geografia na educação de surdos. Porto Alegre, originalmente apresentado como dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: Ed. DP & A, 2003.

STROBEL, K. **História de Educação dos Surdos.** Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, 2009.